

Sumário

Número de notícias: 24 | Número de veículos: 18

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Flávio Bolsonaro entrega loja do caso das 'rachadinhas' 3

O ESTADO DE S. PAULO - SP - NOTAS E INFORMAÇÕES
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

O fim da Operação Lava Jato (3) 5

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Tributária sai em até 8 meses, dizem Lira e Pacheco 6

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Um possível caminho para a tributação de dividendos (2) 8

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Magistrado recebe extras, mas julga menos na Justiça do Trabalho e na Federal 10

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Guedes admite recriar auxílio emergencial, com ajuste nas contas 13

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SERVIDOR PÚBLICO

A receita de Guedes para lidar com o dilema do benefício 15

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Autonomia do BC entra em pauta da Câmara 16

VALOR ECONÔMICO - SP - AGRONEGÓCIOS
SERVIDOR PÚBLICO

"Pautas da bancada são também as do governo", diz novo líder ruralista 17

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
CONGRESSO EM FOCO

Suspeito de tráfico internacional tem planos de se eleger deputado distrital - EIXO CAPITAL 19

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Estados querem uma reforma ampla e que inclua também ICMS 20

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Se for preciso, vamos renegociar mais créditos. Não tem problema nenhum" 21

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Vacinação é o que vai determinar a retomada - CLAUDIA SAFATLE 23

PORTAL UOL - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Novo auxílio emergencial só viria com calamidade pública, diz Guedes 26

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE
REFORMA TRIBUTÁRIA

Para especialistas, prazo de 8 meses para reforma tributária é otimista 27

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Auxílio acaba e poupança registra saque recorde..... 28

ESTADO DE MINAS - MG - COVID-19
ECONOMIA

O ano em que fomos mais solidários - BRA\$IL EM FOCO..... 29

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

A economia paulista no ano da pandemia (3)..... 31

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Efeitos do fim do auxílio..... 32

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Sem gasto com covid-19, investimento federal recua mais de 20% em 2020..... 35

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Dólar tem firme alta em dia negativo para emergentes..... 38

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Reforma e fiscal são essenciais para nota do Brasil, diz Fitch..... 39

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE
POLÍTICA

Líder do governo na Câmara ameaça "enquadrar" Anvisa e Bolsonaro reage..... 40

O GLOBO - ON LINE - RJ
POLÍTICA

Como anda a reforma ministerial (Lauro Jardim)..... 42

Flávio Bolsonaro entrega loja do caso das 'rachadinhas'

Ana Luiza Albuquerque - rio de janeiro

O senador Flávio Bolsonaro (Republicanos) entregou a franquia da loja de chocolates Ko penhagen administrada por sua empresa no shopping Via Parque, zona oeste do Rio de Janeiro.

O MP-RJ (Ministério Público do Rio de Janeiro) afirma que a loja foi utilizada pelo senador para lavar até R\$ 1,6 milhão do esquema da "rachadinha" -recolhimento de salários que teria ocorrido no gabinete de Flávio quando deputado estadual, na Assembleia Legislativa do Rio.

Segundo o shopping, a empresa do senador não é mais responsável pela gestão da loja, agora administrada pelo grupo CRM, dono da marca Copenhagen. A informação foi revelada por O Globo.

O grupo confirmou que assumiu a operação da loja no dia 1º de fevereiro e que a empresa de Flávio não é mais um dos franqueados. De acordo com a nota, a transação foi informada ao MP-RJ.

Segundo o site da **Receita Federal**, a empresa do senador em sociedade com Alexandre Santini, a Bolso tini Chocolates e Café Ltda, continua ativa. A Folha procurou a assessoria de Flávio para saber o motivo da entregada loja, mas não obteve resposta até a conclusão desta edição.

O senador foi denunciado pelo Ministério Público em novembro sob acusação de liderar uma organização criminosa para recolher parte do salário de seus ex-funcionários em benefício próprio. O valor total desviado dos cofres públicos, segundo o órgão, foi de R\$ 6,1 milhões.

Também foram denunciados o PM aposentado Fabrício Queiroz, apontado como operador do esquema, e outros 15 ex-assessores de Flávio. As acusações são de peculato, lavagem de dinheiro, apropriação indébita e organização criminosa.

Para o Ministério Público, a loja foi uma das formas utilizadas por Flávio para lavar o dinheiro da "rachadinha", por meio de depósitos em dinheiro vivo. O volume era desproporcional em relação a negócios semelhantes.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=494>

28

O fim da Operação Lava Jato (3)

Tudo tem um fim.

Não haveria por que ser diferente com a força-tarefa da Operação Lava Jato em Curitiba, onde tudo começou há quase sete anos.

A própria natureza de uma força-tarefa deveria bastar para delimitar tanto seu escopo de atuação como seu prazo de validade. Não é exagero dizer, portanto, que sete anos foi tempo demasiado longo para a ação do grupo formado por membros do Ministério Público Federal (MPF), da Polícia Federal (PF) e da **Receita Federal** para investigar, inicialmente, casos de corrupção envolvendo contratos com a Petrobrás e empresas subsidiárias, mas que logo degenerou em uma espécie de "Tribunal do Santo Ofício" para purgar o País daquilo que, na visão dos procuradores, seriam os males da atividade política.

Desde o dia 1.º de fevereiro, os procuradores da República que compunham a força-tarefa de Curitiba passaram a fazer parte do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) criado no MPF do Paraná. Os casos em andamento sob os cuidados da antiga força-tarefa continuarão a ser investigados, evidentemente, mas sem dedicação exclusiva dos procuradores.

O fim da célula nuclear da Operação Lava Jato é a principal medida do processo de "correção de rumos" no MPF que o procurador-geral da República, Augusto Aras, encampou ao assumir o cargo. Crítico do modelo de atuação por forças-tarefa, Aras defende um "novo modelo de investigação" que não se submeta ao que chama de "métodos personalistas" nem permita a criação de grupos de procuradores fechados em si mesmos, como "caixas-pretas".

Neste ponto, Aras não está errado. Vejamos por quê.

Nenhuma análise histórica da Operação Lava Jato será honesta se não reconhecer sua longa folha de serviços prestados à Nação. Se não por quaisquer outras razões, a Lava Jato merece ser lembrada por ter resgatado o primado da igualdade de todos perante a lei. Havia muito tempo a observação empírica dos cidadãos em nada se coadunava com a isonomia formalmente inscrita na Constituição. Poucas coisas são mais nocivas para a saúde democrática de um país do que sua Constituição ser tida como letra morta por grande parte dos cidadãos.

Pouco a pouco, à medida que avançavam os

processos originados por 130 denúncias e que resultaram em 278 condenações, os brasileiros voltaram a acreditar que ninguém está fora do alcance da Justiça quando se desvia da lei, nem mesmo políticos influentes, incluindo ex-presidentes da República e ex-governadores, nem grandes empresários, um grupo que sempre pareceu à opinião pública estar submetido a uma ordem jurídica bem peculiar, mais permeável.

Ao mesmo tempo, o sucesso da Operação Lava Jato foi sua maldição. Seria muito melhor para o País que a força-tarefa simplesmente cumprisse seu papel no tempo certo e com os objetivos bem delineados.

Não foi o que se viu. Alguns de seus membros foram tomados pela vaidade e pelo "personalismo" do qual falou Augusto Aras. Deu no que deu.

Se o resgate do primado da isonomia foi a maior contribuição que a Operação Lava Jato deu ao País, o "lavajatismo" foi, de longe, a pior. Em nome desse movimento de purgação nacional, tudo passou a valer para combater a corrupção, convertida em grande mal do Brasil, o que é uma falácia.

Alguns membros da Lava Jato e prosélitos da operação acharam por bem tomá-la como uma instituição à parte do Ministério Público, que nem sequer Poder da República é, embora muitos de seus membros pensem que seja. Buscando para si um grau de independência inaudito, não foram poucos os procuradores que julgaram ter poder de vida e morte sobre as carreiras de muitos políticos e empresários, associando-se ao Poder Judiciário - o que, por si só, é um descabimento.

O fim da Lava Jato tal como ficou conhecida não significa o fim do combate à corrupção no País. É o desfecho normal de uma operação que desde o início deveria ter seu objeto e prazo determinados.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Tributária sai em até 8 meses, dizem Lira e Pacheco

Daniel Weterman Adriana Fernandes / BRASÍLIA

Os presidentes da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), fecharam um acordo ontem para aprovar a **reforma tributária** no Congresso em um prazo de seis a oito meses, mas deixaram ainda muitos pontos em aberto sobre o futuro da proposta no Congresso.

Pela negociação, a comissão mista da proposta finaliza o relatório até o fim de fevereiro.

Os presidentes das duas Casas não deixaram claro como será o caminho de tramitação da reforma depois que o prazo de funcionamento da comissão mista terminar no fim de março.

De caráter informal, a comissão foi criada para fazer um texto de convergência entre a PEC 45, de reforma da Câmara, e a PEC 110, do Senado (veja ao lado as diferenças entre as propostas).

Ficou no ar se depois de apresentado o relatório, a tramitação será via Câmara ou Senado.

De um lado, parlamentares resistem em avançar com a medida no sistema remoto, durante a pandemia de covid-19. De outro, há pressão para retirada dos Estados e municípios da reforma e uma tendência para se votar apenas o do projeto de lei do governo, enviado no ano passado, que cria a Contribuição Sobre Bens e Serviços (CBS) para substituir o PIS/Cofins, **tributos** cobrados pela União sobre o consumo. A equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, sempre defendeu a votação primeiro do projeto da CBS.

"Os **impostos** que são de autonomia dos municípios e Estados devem ser excluídos. O governo federal vai cobrar ISS, IPTU, IPVA? O que deve ter unificação são os **impostos** federais", afirmou o senador Otto Alencar (PSD-BA), indicado para presidir a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Para a senadora Simone Tebet (MDB-MS), uma das integrantes da comissão mista, é possível entregar uma reforma no início do segundo semestre, mas sem os **impostos** estaduais e municipais. "Eu vejo possibilidade de sair alguma coisa da **reforma tributária**. Não é o que está na proposta da Câmara porque implica o governo abrir mão de **receita federal** para Estados e municípios que

saem perdendo." Tramitação. O presidente do Senado evitou se comprometer de imediato com detalhes de como será o rito para a votação da proposta, se as duas propostas seguirão separadamente ou se haverá uma convergência no relatório que será apresentado.

"Se se iniciará pela Câmara ou pelo Senado, isso é um detalhe até desimportante", disse Pacheco.

Segundo ele, o mérito do texto dependerá ainda de discussão.

"Não vai haver briga por protagonismo entre Câmara e Senado com relação a essas reformas", afirmou Lira, que não falou em mudanças de relatoria.

O relator da comissão mista, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PL), participou da reunião.

Ao Estadão, Aguinaldo disse que não pretende retirar os **impostos** dos Estados e municípios do seu parecer da proposta de emenda constitucional para ficar restrita à criação da CBS.

"Colocar só CBS, é projeto de lei", disse ele numa referência ao fato de que a reforma via mudança constitucional é ampla e inclui também os **tributos** cobrados por Estados (ICMS) e municípios (ISS).

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

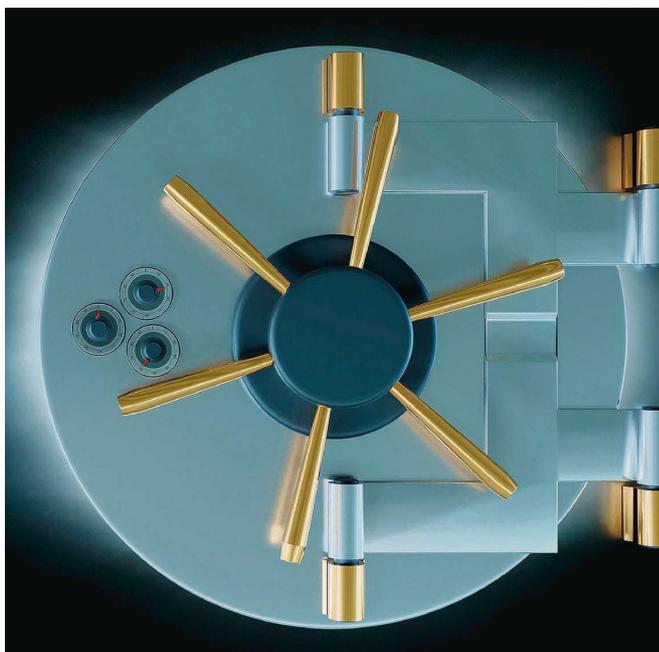
AS PROPOSTAS

● Entenda as diferenças nos textos da reforma tributária do governo, da Câmara e do Senado

	GOVERNO	SENADO	CÂMARA
Unificação	▶ Única parte que foi entregue pela equipe econômica ao Congresso, propõe unir PIS/Cofins em um novo imposto, chamado de Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS)	Fusão de IPI, PIS, Cofins, IOF, CSLL, Cide, Salário Educação (federais); ICMS (estadual); ISS (municipal)	Fusão de IPI, PIS, Cofins (federais), ICMS (estadual), ISS (municipal)
Alíquotas	▶ Para a CBS, substituta do PIS/Cofins, governo propôs alíquota de 12% (a alíquota paga por entidades financeiras –incluindo bancos, planos de saúde e seguradoras– foi estipulada em 5,8%)	Definidas por cada Estado e município	Definição pelo comitê gestor do Imposto sobre Bens e Mercadorias (IBS)
Imposto seletivo Com alíquotas Diferenciadas	▶ Ainda não enviou. O ministro da Economia, Paulo Guedes, já disse que pediu um imposto diferenciado ("imposto sobre pecado") para desestimular o consumo de produtos prejudiciais à saúde (cigarro, bebida alcoólica e açucarados)	Bebidas alcóolicas e não alcoólicas, fumo, veículos, comunicações, energia elétrica, petróleo e gás natural	Fumo e bebidas alcóolicas
Incentivos e desonerações	▶ Na parte da proposta que foi enviada ao Congresso, o governo manteve a desoneração de produtos da cesta básica	Imposto zero para remédios e alimentos. Outros incentivos definidos pelos Estados e municípios	Não prevê incentivos e desonerações
Transição até novo modelo	▶ Seis meses para a CBS	15 anos	10 anos, além de 50 anos para compensar eventuais impactos a Estados e municípios

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

Um possível caminho para a tributação de dividendos (2)



Dalton Dallazem

No futuro talvez seja viável sistema de alíquotas progressivas em vez de uma fixa.

O maior desafio à frente do Ministério da Economia no tema relativo ao retorno da tributação de dividendos é o equacionamento da arrecadação. Não há dúvida de que essa tributação, de fato, retornará com a **reforma tributária** em tramitação no Congresso. Resta saber como fará o governo para não diminuirá tão necessária arrecadação em tempos de pandemia e, ao mesmo tempo, não aumentar **impostos** de modo a desagradar a sociedade empresarial.

As empresas, à exceção das que são optantes pelo chamado Simples nacional, pagam um imposto sobre a renda a uma alíquota total de 34% considerando o imposto de renda pessoa jurídica e a contribuição social sobre o lucro. No ano de 2019, a arrecadação total com esses dois **tributos** foi de R\$ 260 bilhões. Além de os dados de 2020 não estarem ainda disponíveis na **Receita Federal**, para fins estatísticos esse ano pode trazer distorções em decorrência da pandemia, portanto fiquemos com 2019. A arrecadação com o imposto de renda das pessoas físicas nesse ano foi, por sua vez, de R\$ 40 bilhões.

Não há como desprezar, por conseguinte, a importância do IRPJ e da CSLL no bolo arrecadatário

da União Federal. Ou seja, uma diminuição de 10% na alíquota desses **tributos** representaria algo em torno de R\$ 76 bilhões.

Em paralelo, no debate sobre o retorno da tributação de dividendos, diversas vozes da sociedade, principalmente as que representam os empresários, têm proclamado que não aceitam um aumento de carga tributária. Logo, o que deveria acontecer seria uma "transferência de carga tributária" das empresas para as pessoas físicas dos sócios ou acionistas quando da distribuição de dividendos.

Mas como operacionalizar isso sem comprometer a arrecadação e sem aumentar a carga tributária total?

Pois bem.

Antes de demonstrar a ideia, é necessário recapitular os modelos de tributação da renda das pessoas jurídicas previstos na legislação brasileira. Basicamente, temos três regimes: lucro real, lucro presumido e Simples nacional.

Pelo regime de lucro real, a empresa apura o lucro contábil e, a partir dele, registra adições e exclusões a este lucro contábil para chegar ao lucro fiscal (lucro real). Estão obrigadas ao regime de lucro real as empresas com faturamento anual superior a R\$ 78 milhões, bem como outros segmentos selecionados da atividade econômica, como por exemplo bancos e seguradoras.

O regime de lucro presumido, como o nome sugere, permite a um grande número de pessoas jurídicas que faturam até R\$ 78 milhões por ano aplicar, sobre a receita bruta, um percentual de presunção, que será o "lucro presumido". Trata-se de regime opcional para as pessoas jurídicas não obrigadas à adoção do regime de lucro real.

O chamado Simples nacional aplica-se às microempresas e empresas de pequeno porte, assim definidas aquelas com faturamento anual igual ou inferior a R\$ 4,8 milhões. As alíquotas aplicáveis ao regime abrangem vários **tributos**, inclusive IRPJ e CSLL e conferem uma carga tributária mais favorável a essas empresas se comparada ao lucro presumido e, frequentemente, ao lucro real.

As pessoas físicas são tributadas com bases em alíquotas progressivas que vão de 7,5% a 27,5%.

Dito isso, temos que se a alíquota incidente sobre a distribuição de dividendos fosse um percentual fixo de 10%, a soma das alíquotas do IRPJ e da CSLL deveria ser reduzida para 24%. Para os sócios ou acionistas das empresas submetidas ao lucro real, poder-se-ia estabelecer que a tributação de 10% recairia sobre a parcela do lucro "real" que for distribuído. A parcela do lucro "contábil" distribuída que exceder a esta parcela do lucro "real" permaneceria isenta.

Essa proposta, em tese, proporcionaria ao mesmo tempo a manutenção da arrecadação e da carga tributária total. É claro que pode haver distorções pontuais, como por exemplo a decisão por não distribuir ou distribuir parcialmente os dividendos, mas para fins do debate aqui proposto penso que o raciocínio é válido.

A mesma ideia seria aplicável aos sócios e acionistas optantes pelo lucro presumido. A parcela do lucro presumido que for distribuída seria tributada à alíquota de 10% e o restante da distribuição permaneceria isento.

Quanto ao Simples nacional, dada a previsão constitucional de tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, as regras permaneceriam as mesmas, podendo-se estabelecer a continuidade da isenção na distribuição de dividendos, ou condicioná-la a um certo limite.

Penso que a alíquota total de 24% para o IRPJ e à CSLL seria adequada porque estaria em consonância com a média das alíquotas vigentes entre os países membros da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico), da qual o Brasil pretende fazer parte. E a tributação de dividendos também é ponto comum entre os países membros da entidade.

Deve-se refletir, ainda, sobre a extinção do lucro presumido. Como contribuintes optantes, agradecemos, mas o regime causa distorções para o sistema de tributação da renda. Talvez seja melhor adotar a ideia que já expressamos alhures no sentido de se adotar uma tributação da renda semelhante ao sistema americano. Em síntese, para as empresas que faturam até R\$ 78 milhões por ano, não haveria tributação da renda na pessoa jurídica e toda tributação recairia sobre a pessoa física dos sócios, aplicando-se as alíquotas progressivas vigentes para todas as pessoas físicas.

Novamente trago meditações para o debate. Julgo

importante que a sociedade empresária seja ouvida, mas é importante que ela também dele participe.

Em que as ideias aqui apresentadas mudam a circunstância atual? Do ponto de vista tributário e arrecadatório, provavelmente muito pouco, o que em tese agradaria, por ora, gregos e troianos. Do ponto de vista econômico, pode impulsionar decisões de investimento, principalmente nas empresas optantes pelo lucro real. Ao invés de distribuir todo o lucro real (que seria tributado à alíquota de 10%), parte (ou até mesmo todo ele) seria reinvestido no negócio. Do ponto de vista político, um horizonte com esse viés, aliado a reformas que proporcionem a correta aplicação do dinheiro público e o combate à corrupção, pode ser o caminho para que este ou qualquer outro governo adquira credibilidade e legitimidade para, no futuro, quem sabe, propor e não encontrar rejeição - a tributação dos dividendos aplicando-se alíquotas progressivas ao invés de uma alíquota fixa. E quem sabe o fim do lucro presumido.

Para empresas que não haveria imposto na pessoa jurídica só sobre a pessoa física

Dalton Dallazem é especialista em tributação internacional, doutor (S.J.D) em tributação internacional pela University of Florida (EUA) e sócio fundador da Perin Dallazem Advogados.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186667?page=1§ion=1

Magistrado recebe extras, mas julga menos na Justiça do Trabalho e na Federal

Marcelo Rocha e William Castanho

Porta de entrada de conflitos, a primeira instância das Justiças do Trabalho e Federal recebeu menos processos e resolveu menos casos em 2020. O volume foi impactado pela pandemia da Covid-19.

A Justiça do Trabalho teve redução de 42,6% no número de julgamentos. Na Justiça Federal, encarregada de analisar assuntos de diferentes ramos do direito, como o previdenciário, a queda foi de 17,7%.

O número de processos ajuizados caiu 20% na Justiça do Trabalho em relação a 2019, segundo o TST (Tribunal Superior do Trabalho), e 50,1% na Justiça Federal, de acordo com o painel do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

Na crise, magistrados, procuradores e servidores do Judiciário e do MPU (Ministério Público da União) receberam extras atrasados em 2020, como mostrou a Folha na segunda-feira (1º). O funcionalismo não teve redução de salários.

Entidades ligadas às categorias chegaram a pedir o aso de economias feitas em razão da pandemia para quitar dívidas. Não é a primeira vez que se recorre a esse argumento.

Em agosto do ano passado, o CNJ mandou tribunais regionais federais e do trabalho comprarem um terço de férias de juizes. Magistrados têm 60 dias de descanso por ano e poderiam então vender 20.

A justificativa para conceder o benefício foi a existência de espaço no teto de gastos -regra que limita o aumento das despesas públicas- e verbas poupadas com o home office.

O CSJT (Conselho Superior da Justiça do Trabalho) atribuiu à Covid-19 o fator preponderante para os resultados de 2020. O CJF (Conselho da Justiça Federal) disse que não cabe ao órgão comentar o tema.

Associações de classe da magistratura defenderam a atuação dos filiados e também apontaram a interferência da Covid na rotina de trabalho.

Na cerimônia de abertura do ano judiciário no Supremo, o presidente da OAB, Felipe Santa Cruz, disse que a Justiça soube construir saídas que garantiram o funcionamento do serviço em condições excepcionais.

Na Justiça do Trabalho, segundo o TST, a quantidade de processos julgados no ano passado foi de 1,2 milhão, ante 2,2 milhões em 2019. É o menor volume desde 1991.

Já o número de ações que chegaram às varas do trabalho em 2020 foi de 1,4 milhão. No ano anterior, foi 1,8 milhão.

Jorge Pinheiro Castelo, presidente da Comissão de Direito do Trabalho da OAB São Paulo, afirmou que, apesar das restrições, era esperado um número mais significativo de julgamentos.

"Audiências e outros compromissos presenciais nas varas deixaram de ocorrer em razão das restrições sanitárias", disse. "Em tese, isso proporcionou mais tempo para juizes impulsionarem processos."

Castelo, no entanto, ponderou que é preciso considerar nas estatísticas os reflexos da reforma trabalhista de 2017. "Ela dificultou o acesso à Justiça do Trabalho, e isso tem impacto nos números de hoje."

Noemia Porto, presidente da Anamatra (Associação de Magistrados da Justiça do Trabalho), disse que não era de esperar aumento no número de ações na Justiça e em um ano no qual pessoas estavam "inseguras quanto à manutenção dos empregos, à saída de suas próprias casas e enfrentando problemas de doença próprios ou em familiares".

De acordo com ela, é necessário distinguir produtividade de julgamento. "Não é adequado, porque irreal, aferir o trabalho da magistratura, não apenas da trabalhista, tão somente pelo número de sentenças proferidas."

"É claro que as sentenças são relevantes e constituem a finalidade de praticamente todos os processos. Mas há inúmeros outros atos praticados em um processo até que se alcance uma sentença e mesmo depois da sentença, na fase de seu cumprimento."

A Justiça Federal também registrou queda em novos processos. A quantidade passou de 4,5 milhões, em 2019, para 2,1 milhões, em 2020. Houve redução nas ações julgadas -de 2,6 milhões, «212019, para 2,1 milhão, no ano passado.

Os números de novos casos na Justiça Federal foram levantados com base em dados até novembro nos dois anos divulgados pelo CNJ. Os processos julgados foram coletados nos cinco TRFs (Tribunais Regionais Federais).

Presidente do IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário), a advogada Adriane Bramante disse que, na área previdenciária, houve forte impacto da pandemia "nos três primeiros meses, principalmente".

"As perícias médicas, fundamentais nos processos relacionados ao **INSS**, deixaram de ser feitas", afirmou. "Em São Paulo, algumas varas começaram a retomar as perícias em setembro. Semeias, os processos ficam parados."

Em nota, a assessoria de imprensa da Ajufe (Associação dos Juízes Federais) afirmou que "o ano de 2020 foi marcado pelo esforço dos magistrados federais para manter a produtividade da Justiça Federal durante o teletrabalho".

Contudo, disse a associação, "apesar de os TRFs trabalharem em tempo integral, é natural que a redução da atividade econômica tenha impactado as demandas judiciais".

A entidade ainda listou redução dos pedidos de aposentadoria no **INSS** e no serviço público, até por causa do home office e a diminuição da atividade dos escritórios de advocacia durante o período de distanciamento social.

O CSJT afirmou, em nota, que o número de casos novos não se confunde com produtividade. "Trata-se do volume de ações ajuizadas, o que depende das partes e dos advogados. Acredita-se que a pandemia e a redução de mobilidade possam ter relação com o decréscimo" disse o órgão.

Quanto à queda de ações julgadas, o CSJT disse que a solução de controvérsias sob exame da Justiça do Trabalho envolve ampla produção de provas e, com o distanciamento imposto pela Covid, muitos juízes não realizaram audiência de instrução tele presencial por dificuldade operacional.

Além disso, afirmou o órgão, houve advogados que pediram adiamento de audiências para aguardar o retorno do sistema presencial.

Para solucionar o problema, o CSJT recomendou a realização das audiências pelo modo telepresencial. A Justiça do Trabalho recomenda ainda a produção de provas por meios digitais, para apurar denúncias sem depoimentos.

A assessoria do CJF disse que não compete ao conselho, que é presidido pelo ministro do STJ (Superior Tribunal de Justiça) Humberto Martins, analisar ou tecer comentários dos quantitativos de processos novos e julgados.

PROBLEMA DA PANDEMIA QUE SE RESERVOU A MIM FOI O EMPREGO, DIZ BOLSONARO

"Desde o começo, eu falava que tínhamos dois problemas.

O vírus e o desemprego. Reservou-se para mim a questão do emprego. O outro (ado não foi", afirmou, durante a inauguração de um centro esportivo em Cascavel (PR). Segundo o presidente, esse "outro lado"

-a questão do vírus- passou a ser uma atribuição dele quando se tornou necessário enviar recursos para estados e municípios.

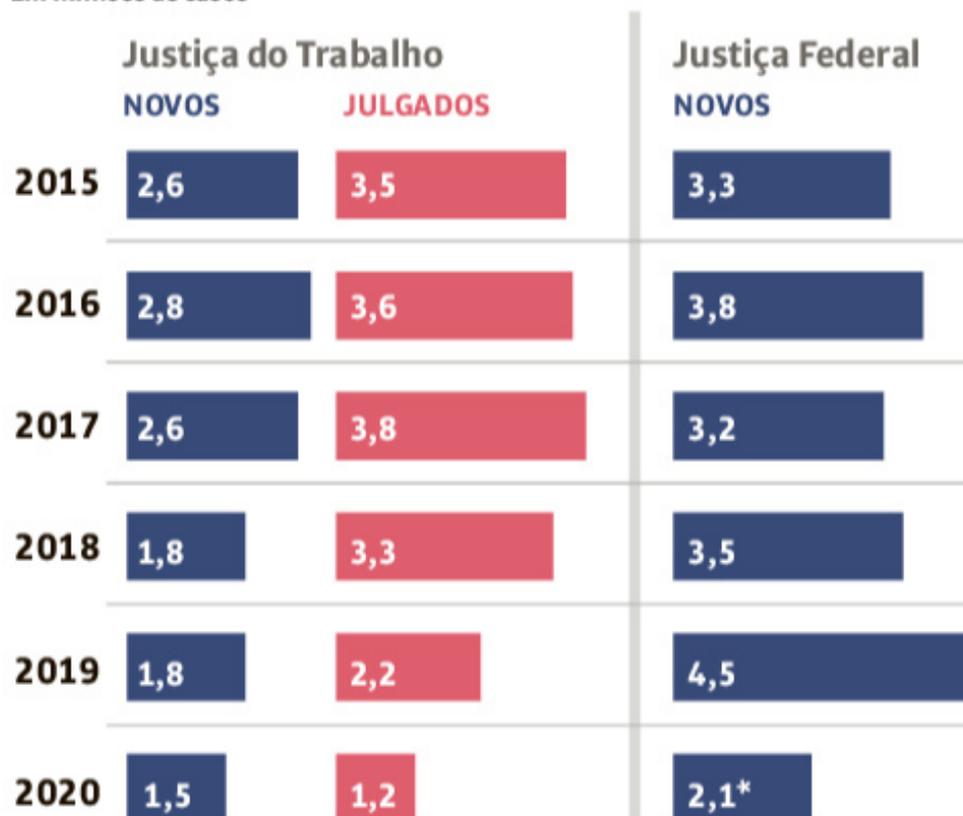
Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49428>

A produtividade do Judiciário da União na pandemia

Porta de entrada de ações, primeira instância das Justiças Federal e do Trabalho recebe menos processos e resolvem menos casos

Em milhões de casos



-42,6%

foi a queda no número de processos julgados nas varas do trabalho ao longo de 2020 em relação a 2019

-20%

foi a redução no número de novos casos na primeira instância da Justiça do Trabalho de 2019 para 2020

2,6 milhões

de processos foram julgados na primeira instância da Justiça Federal em 2019

2,1 milhões

de ações foram julgadas na primeira instância da Justiça Federal em 2020

-17,7%

foi a queda no número dos processos julgados em primeira instância na Justiça Federal em 2020 em relação a 2019

-50,1%

foi a queda de ações novas apresentadas até novembro ante o mesmo período de 2019 na Justiça Federal

CNJ (Conselho Nacional de Justiça); TRFs (Tribunais Regionais Federais das 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Regiões); e TST (Tribunal Superior do Trabalho)

Guedes admite recriar auxílio emergencial, com ajuste nas contas

JULIALINDNER E MANOEL VENTURA - BRASÍLIA

O ministro da Economia, Paulo Guedes, admitiu ontem recriar o auxílio emergencial, desde que isso seja feito "dentro de um novo marco fiscal", com medidas de ajuste nas contas públicas. Após se reunir com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), Guedes disse que metade dos beneficiários do auxílio no ano passado já está no Bolsa Família. Para a outra metade, o governo está "focalizando" a ajuda, afirmou: -Já está no Orçamento o retomo ao Bolsa Família de um grupo. O outro grupo, que é dos invisíveis, nós estamos agora focalizando a ajuda. É possível, desde que seja dentro de um novo marco fiscal, robusto o suficiente para enfrentar eventuais desequilíbrios.

O ministro disse ser possível atender a "algumas coisas", desde que o Congresso segure gastos: - Podemos atender algumas coisas travando outras.

Esse é o objetivo da nossa conversa. De manter a garantia da estabilidade fiscal.

Sem responder a perguntas de jornalistas, Guedes ressaltou diversas vezes a necessidade de equilibrar as contas públicas: -A pandemia nos atacando de novo, nós temos o protocolo e vamos seguir o protocolo. Se o Congresso aciona o estado de emergência ou de calamidade pública, temos condições de reagir à crise. É muito importante que seja num quadro de recuperação das finanças -disse.

SEM PROTAGONISMO

Mais cedo, Pacheco havia se reunido com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Eles definiram um cronograma para a tramitação da **reforma tributária** no qual preveem a aprovação definitiva do texto entre agosto e outubro deste ano. Após reunião realizada na manhã de ontem, os chefes do Legislativo acertaram que o relatório da comissão mista, em elaboração pelo deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), também presente no encontro, deve ser apresentado e apreciado até o fim de fevereiro no colegiado. Foi depois dessa reunião que Lira e Pacheco se encontraram com Guedes, que se disse "esperançoso" com o avanço da agenda de reformas.

- Estou parabenizando o presidente da Câmara, o deputado Arthur Lira. Foi uma vitória expressiva,

importante, que nos deixa esperançosos e confiantes na retomada da agenda de reformas - disse Guedes, após receber o deputado.

Em conversa com jornalistas, Pacheco disse que a **reforma tributária** é "complexa" e tem que ser "muito assertiva para não prejudicar setores e estados". Ele ponderou que o mérito da reforma não foi abordado no encontro de ontem, apenas o rito. O presidente do Senado também afirmou que ainda será preciso estabelecer em qual Casa a proposta começará a tramitar após passar pela comissão mista: - É um amadurecimento que nós vamos fazer no decorrer de fevereiro, juntamente com o presidente Arthur Lira, e temos uma previsão de que em de seis a oito meses nós possamos ter concluído a **reforma tributária** no Congresso Nacional, tanto no âmbito do Senado, quanto no âmbito da Câmara dos Deputados.

Lira disse, na sequência, que a origem da tramitação é um "detalhe desimportante" e que sua única preocupação é entregar as reformas: - Não vai haver briga por protagonismo entre Câmara e Senado com relação a essas reformas. Elas (reformas) têm que andar, constitucionalmente, nas duas Casas, e pouco importará se começará em uma ou se findará em outra.

O presidente da Câmara também disse que a reforma administrativa será tratada "com rapidez" na Casa, enquanto o Senado ficará encarregado de conduzir a proposta de emenda à Constituição (PEC) Emergencial. O intuito, afirmou, é que as matérias possam "andar muito rapidamente" nas duas Casas.

ANTECIPAÇÃO DO 13º

Durante a reunião, eles definiram ainda que a Comissão Mista de Orçamento (CMO) - responsável por analisar a proposta de lei orçamentária - deve ser instalada na próxima terça-feira, mas a data ainda depende de um entendimento com os líderes. Algumas horas depois do encontro, em rede social, Lira garantiu a instalação na próxima semana: "Iremos instalar a CMO na próxima terça-feira. Precisamos aprovar urgentemente o Orçamento. O Brasil precisa do Orçamento para combater a pandemia." No encontro à noite, Guedes disse que a vitória de Lira na disputa pela presidência da Câmara deixa o governo "esperançoso e confiante" com a agenda de reformas.

O ministro também confirmou a antecipação do 13º de beneficiários do **INSS**: -Se a pandemia nos ameaçar, nós sabemos como reagir. E vamos retomar as reformas ao mesmo tempo, pois saúde e economia andam juntas.

Já Lira disse que a autonomia do Banco Central será votada na próxima semana: -A sequência de matérias será o Pacto Federativo, os fundos e a PEC Emergencial, no Senado. E, na Câmara, a reforma administrativa.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

A receita de Guedes para lidar com o dilema do benefício

MARCELLO CORRÊA - Brasília

O início dos trabalhos no Congresso evidenciou um dilema que era evitado por governo e parlamentares desde o fim do ano: como manter a ajuda aos trabalhadores informais atendidos pelo auxílio emergencial sem desequilibrar as contas públicas. A experiência de 2020 indica que o ministro da Economia, Paulo Guedes, pode adotar receituário semelhante ao que já o tirou de encruzilhadas parecidas anteriormente: ceder no presente e sinalizar compromisso fiscal no futuro.

Foi assim em maio do ano passado, quando o governo federal autorizou uma ajuda financeira a estados e municípios. Guedes articulou com o Congresso a inclusão de uma cláusula no pacote de socorro aos entes federados, que bloqueou até dezembro de 2021 reajustes de servidores públicos no país.

O congelamento quase foi derrubado no Legislativo, e sua sanção foi atrasada o suficiente para dar tempo de permitir aumentos para aliados do governo Jair Bolsonaro, como policiais e bombeiros do Distrito Federal. Ainda assim, o resultado foi uma vitória para o ministro, que até hoje se refere à medida como indicador de respeito ao equilíbrio das despesas públicas.

Fórmula parecida foi repetida quando o governo prorrogou pela segunda vez o auxílio emergencial, em setembro. Na ocasião, a sinalização de rigor fiscal foi o envio da reforma administrativa, que até então estava na gaveta de Bolsonaro. O texto entregue à Câmara é mais brando que o desejado por analistas e ainda aguarda avanço na tramitação. No entanto, a equipe econômica calcula potencial de economia de R\$ 300 bilhões em dez anos.

Diante da nova pressão para estender o benefício, Guedes aposta agora no chamado Novo Marco Fiscal para indicar que a agenda de austeridade não foi abandonada. O plano deve ser tratado em uma reformulação da proposta de emenda à Constituição (PEC) do pacto federativo e prevê o que o ministro chama de "protocolo da crise", que inclui o congelamento de despesas para frear gastos em momentos de emergência fiscal.

No cenário considerado ideal pela equipe econômica,

o ajuste já seria adotado assim que um novo auxílio for aprovado. Mas todos em Brasília admitem que é uma articulação difícil. Se a compensação imediata não for possível, a equipe econômica deve atrelar a nova rodada de repasses do programa -dessa vez para menos beneficiários - ao compromisso de que a extensão só seja aprovada em troca da garantia de uma reestruturação de longo prazo das contas públicas.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Autonomia do BC entra em pauta da Câmara

O governo decidiu iniciar a gestão de Arthur Lira (PP-AL) na presidência da Câmara dos Deputados com a votação do projeto de lei de autonomia do Banco Central, medida considerada importante pela equipe econômica para dar um recado positivo ao mercado.

A proposta foi levada aos líderes ontem e teve aval dos partidos governistas e da maioria dos independentes, mas enfrentará resistências na oposição. O projeto cria mandatos para o presidente e diretores do BC, para evitar "interferências políticas" para redução dos juros, mesmo com a inflação em alta.

Pelo texto aprovado pelo Senado, com o aval do governo e do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, a autoridade monetária manterá a missão de assegurar a estabilidade monetária, mas passa a também perseguir, "na medida de suas possibilidades", o fomento ao pleno emprego no país, em uma espécie de duplo mandato "light".

Lira substituiu o deputado Celso Maldaner (MDB-SC) da relatoria do projeto e nomeou o deputado Silvio Costa Filho (Republicanos-PE). Costa Filho se reunirá com o ministro da Economia, Paulo Guedes, com o presidente do BC, Roberto Campos Neto, com os presidentes da Câmara e do Senado e com líderes partidários entre segunda-feira e terça-feira para discutir o projeto e que tentará aprova-lo na próxima semana. "Esse é um projeto que está na ordem do dia há tempos, mas nunca avançou. Vamos aprovar para dar um sinal muito positivo para o mercado nacional e internacional de que a agência econômica começou a avançar", afirmou.

A mudança na relatoria atende a uma questão eleitoral. Maldaner foi escolhido pelo ex-presidente Rodrigo Maia (DEM-RJ) e fez campanha pela candidatura de Baleia Rossi (MDB-SP). Já o Republicanos foi um dos principais partidos da campanha de Lira.

Além disso, o governo pediu a votação de projeto que cria regras para coibir o superendividamento, como permitir a desistência do empréstimo consignado em até sete dias e regulamentar, para todos, que o limite de endividamento desse tipo de crédito será de 30% da folha de salário, mais 5% para pagar cartão de crédito (que tem juros mais altos).

Outra proposta que deve entrar em pauta é a lei do novo mercado de câmbio, que permite contas em dólar

no país e promove outras mudanças, também propostas pelo Banco Central. O texto-base do projeto foi aprovado no fim do ano passado, mas as emendas dos partidos ficaram pendentes de análise e devem ser votadas na próxima semana.

Os deputados também pretendem analisar projeto para criminalizar quem furar a fila da vacina contra a covid-19 e analisarão emendas à Medida Provisória (MP) 1.026 para agilizar a liberação de vacinas. Os partidos também fizeram duas sugestões cada, com propostas que vão desde a regulamentação do teto salarial dos funcionários públicos a mudanças no pré-natal durante a pandemia.

O que uniu todos os partidos foi o pedido para que seja pautado um novo auxílio emergencial, mas a decisão, segundo o líder do governo, Ricardo Barros (PP-PR), é de que a discussão será na Comissão Mista de Orçamento (CMO). "Não temos mais Orçamento de Guerra e por isso terá que ser discutido junto com o Orçamento deste ano", afirmou. "O governo venceu uma inércia e propôs uma pauta, mas ficou aquém. Focou só na economia e coube ao Congresso tomar a iniciativa de cunha social", criticou o líder do PSDB, deputado Rodrigo de Castro (MG).

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186667?page=1§ion=1

"Pautas da bancada são também as do governo", diz novo líder ruralista



O deputado Sérgio Souza: à frente de grupo com 280 parlamentares

Rafael Walendorff

Escolhido para presidir a bancada ruralista pelos próximos dois anos, o deputado federal Sérgio Souza (MDB-PR) diz que uma de suas primeiras missões no comando da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) será trabalhar para incluir no Orçamento de 2021 todos os recursos que o agronegócio quer. Segundo ele, no ano passado, o Ministério da Economia assegurou que haveria dinheiro para cobrir o seguro rural integralmente e também a equalização de juros.

O volume anunciado para o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) é de R\$ 1,3 bilhão para 2021. Para os subsídios ao crédito, a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, pediu R\$ 15 bilhões à equipe econômica. Souza não confirma a cifra.

"As pautas da bancada ruralista são as pautas do governo", disse o deputado ao Valor logo após sua posse na presidência da FPA, ocorrida na terça-feira. Segundo ele, o alinhamento entre os poderes Executivo e Legislativo deve ajudar a destravar demandas do grupo, hoje formado por 241 deputados e 39 senadores. "Temos uma grande oportunidade de avançar nas pautas que são caras ao nosso setor".

A rentabilidade no campo cresceu nas últimas temporadas, mas o "estoque de dívidas do passado" tem excluído produtores da atividade e engessado a economia, afirma Souza. Segundo ele, o governo trabalha em um "grande programa" para solucionar o

endividamento rural, embora não haja previsão para seu lançamento.

A extinção da dívida bilionária do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural) também fará parte das tratativas com o Planalto e o Ministério da Economia. Promessa de campanha do então candidato Jair Bolsonaro, a remissão do passivo foi deixada de lado - o governo alega ter receio de cometer pedalada fiscal -, o que tem revoltado uma parcela dos produtores.

O projeto que flexibiliza as regras para estrangeiros comprarem terras no Brasil - sem consenso nem entre os produtores rurais, ainda mais depois que Bolsonaro se disse contrário à ideia - segue sendo um dilema para os ruralistas. "Pessoalmente, acho que o tema não está maduro. Mas o Instituto Pensar Agro [IPA, entidade que dá suporte técnico à bancada] vai deliberar e decidir se vão colocar uma pedra sobre ele ou se querem que a gente trabalhe".

Na eleição do novo comando da Câmara, o deputado paranaense votou em Baleia Rossi (MDB-SP). Rossi era apoiado por Rodrigo Maia (DEM-RJ) para sucedê-lo, em disputa vencida por Arthur Lira (PP-AL). Mas o voto em Rossi não deverá ser problema para a relação entre os ruralistas e o comando da Casa, acredita Souza. "Seremos aliados na Câmara e no Senado. A bancada ruralista foi uma das que mais fez campanha [para Arthur Lira]. O compromisso dele conosco é muito grande". Lira não compareceu à posse de Souza na presidência da FPA - segundo informou, por questões de agenda.

Uma das prioridades da nova liderança da bancada ruralista no Congresso é a regularização fundiária, assunto que entrou na lista dos 35 projetos "prioritários" que Bolsonaro enviou ao Parlamento. "Vamos diminuir queimadas e desmatamentos, e se eles ocorrerem, haverá punição", afirmou. A Frente vai defender ainda a mudança na Constituição para incorporar a ela as condicionantes do Supremo Tribunal Federal (STF) para a demarcação de terras indígenas no país. A bancada quer deixar as regras mais rígidas.

"O presidente Bolsonaro tem nos dito que no governo dele não haverá demarcações que não estejam 100% certas, que não sejam legítimas. E quando ele não for

mais presidente, quando assumir um governo de esquerda no futuro, como fica? Precisamos alterar a Constituição porque tudo que fazemos infraconstitucional o STF não aceita", diz ele.

Desde o julgamento do caso da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, os governos tentam mudar a interpretação das regras para demarcação a partir de pareceres vinculantes da Advocacia-Geral da União (AGU). Souza também defende a abertura para que os indígenas possam produzir alimentos ou arrendar as terras já antropizadas, sem a abertura de novas áreas, para produtores rurais.

Com a nova lei de defensivos, outra prioridade da frente, a expectativa é acelerar a aprovação de moléculas mais modernas, que deixam menos resíduos nos alimentos e são utilizadas em doses menores. Em 2020, o Brasil bateu novo recorde no registro de agrotóxicos. Já as mudanças em regras de licenciamento ambiental, o terceiro dos temas no topo da agenda da FPA, têm um efeito indireto, mas importante para o setor, afirma o líder ruralista. "Ele vai destravar os modais de transporte e reduzir o custo de produção", diz.

Sérgio Souza foi citado como beneficiário de valores indevidos em delações da Operação Carne Fraca, que investigou corrupção entre **servidores públicos** e frigoríficos, e da Operação Grand Bazaar, da Polícia Federal, que apura o pagamento de propina no âmbito da CPI dos Fundos de Pensão, da qual ele foi relator. O deputado nega todas as acusações e afirma não ter receio de que os casos interfiram em seu trabalho à frente da bancada ruralista.

Para a função, ele diz que buscará sempre o consenso. "Se precisar bater na mesa, a gente vai bater, mas sou mais do diálogo e convergência", diz. "Só que a conversa tem que produzir resultados, senão uma hora você cansa de falar".

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Suspeito de tráfico internacional tem planos de se eleger deputado distrital - EIXO CAPITAL

ANA MARIA CAMPOS

Investigado por tráfico internacional de drogas com aviões da FAB, o sargento da Aeronáutica Jorge Luiz da Cruz Silva, conhecido como Salve Jorge, quase chegou à Câmara Legislativa. Lotado, até ontem, no gabinete do vice-governador, Paco Britto (Avante), como assessor especial, ele concorreu duas vezes ao cargo de deputado distrital. Em 2014, pelo PRTB, partido comandado pelo empresário Luiz Estevão, teve 6.270 votos. Em 2018, voltou a concorrer. Dessa vez, pelo PMB (Partido da Mulher Brasileiro), se estivesse em outra coligação, estaria com mandato. Teve 10.670 votos, mais do que cinco eleitos: Valdelino Barcelos (PP), Daniel Donizet (PRP), Júlia Lucy (Novo), Reginaldo Sardinha (Avante) e Leandro Grass (Rede). Se tivesse concorrido pelo Avante de Paco, estaria no lugar de Sardinha. Salve Jorge declarou gastos de cerca de R\$ 60 mil na campanha, mas no Paranoá, onde teve a maioria dos votos, o militar é conhecido pelos eventos que reúnem milhares de eleitores. No dia das crianças, no ano passado, ele se vestiu de super herói e distribuiu brinquedos para moradores do Paranoá e Itapoã.

Transporte de drogas na bagagem de militares

Salve Jorge foi exonerado, ontem, após a divulgação de que foi alvo da Operação Quinta Coluna, deflagrada na última terça-feira. A Polícia Federal suspeita que Jorge esteja envolvido no recrutamento de militares como "mulas" para usar as aeronaves da FAB para transportar drogas. Ele é investigado como integrante da associação criminosa que se aproveitava de voos da FAB para transportar drogas para a Europa na bagagem de militares. Foram cumpridos 15 mandados de busca e apreensão e 2 mandados que restringem a comunicação dos investigados e a saída do Distrito Federal. A Justiça Federal do Distrito Federal ainda determinou o sequestro de imóveis e veículos dos envolvidos no esquema criminoso. Militares da FAB também participam do cumprimento das medidas.

Ligação com "Barão do Ecstasy" Processos tramitam na Justiça Militar

A associação criminosa também é investigada por lavagem de dinheiro. As apurações da Polícia Federal na Operação Quinta Coluna apontam diversas estratégias dos traficantes para ocultar os bens provenientes do tráfico de entorpecentes, especialmente a aquisição de veículos e imóveis com pagamentos de altos valores em espécie. As investigações feitas pela PF ocorrem paralelamente aos processos por tráfico internacional de drogas que tramitam na Justiça Militar. Há suspeita de envolvimento do grupo com um conhecido investigado pelas Polícias Cíveis e Federal por tráfico internacional de drogas, Michele Tocci, conhecido como "Barão do Ecstasy".

De olho em 2022O vice-governador, Paco Britto, disse à coluna que conheceu Salve Jorge na campanha passada. Mas ele não se filiou a seu partido, o Avante. Segundo políticos, Salve Jorge pretendia se filiar à legenda para concorrer em 2022. Estava já trabalhando forte no Paranoá e apoiaria Paco nas pretensões eleitorais. Mas a exoneração foi assinada ontem.

Só Papos

"É tão cínica que copia até poses de fotos e tem a cara de pau de usar roupas minhas que emprestei no passado e que ela nunca devolveu. Lixo humano" Joice Hasselmann (PSL-SP)

"Na verdade, ela tinha dado de presente. E eu usei no dia que recebi o prêmio por votação popular de melhor deputada do [site] **Congresso Em Foco**, foto abaixo. Mas vou mandar devolver amanhã mesmo, já que voltou a caber nela, deve estar com saudades do macacão, tadinha" Carla Zambelli (PSL-SP)

A hora da verdade

Os presidentes da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), anunciaram que pretendem instalar, na próxima terça-feira, a Comissão Mista de Orçamento (CMO). Hora de ver se o compromisso de Lira com a deputada Flávia Arruda (PL-DF) para a Presidência será honrado.

Estados querem uma reforma ampla e que inclua também ICMS

O prazo maior para a tramitação da **reforma tributária** deu alívio para setores empresariais que temiam uma votação relâmpago da proposta no final de 2020. Mas Estados querem evitar que a proposta volte à estaca zero. Os secretários de Fazenda dos Estados querem garantir uma reforma ampla que não fique restrita aos **tributos** do governo federal. Eles vão se reunir por videoconferência, na próxima semana, com o relator da reforma, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB).

O secretário de Fazenda de Pernambuco, Décio Padilha, disse ao Estadão que muito investimento já foi feito na discussão da proposta e que o relatório de Aguinaldo deve ser aproveitado para ser colocado em votação.

Ele lembra que a proposta dos secretários de Fazenda teve apoio unânime dos governadores.

Mas contém pelo menos dois pontos rejeitados pelo ministro da Economia, Paulo Guedes: a destinação de recursos federais para o fundo de desenvolvimento regional e a forma de composição do conselho gestor que vai administrar o novo tributo que seria criado pela reforma, o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), para reunir **impostos** federais (PIS/Cofins), estadual (ICMS) e municipal (ISS) que incidem sobre o consumo.

O secretário de Fazenda de São Paulo, Henrique Meirelles, endossa o coro para que a reforma não comece do zero. "Quanto mais pudermos não mexer, e seguir em frente, melhor", disse Meirelles. Para ele, a reforma deve ser ampla, porque o maior problema hoje é com o ICMS, o imposto estadual.

O presidente da Associação Brasileira de Shopping Centers (Abrasce), Glauco Humai, considerou o tempo maior para a tramitação como uma "solução apaziguadora".

"O prazo é suficiente para poder se discutir e entender melhor a proposta. Mas não sabemos o que vai andar. Se é a PEC 45 (da Câmara), a PEC 110 (do Senado), só a proposta da Contribuição sobre Bens e Serviço (do governo), ou se será algo novo que vai chegar".

Já o presidente da Confederação Nacional de Serviços, Luigi Nese, é mais radical e defende que a reforma seja toda rediscutida e comece primeiro com a

desoneração da folha de salários (redução dos encargos que as empresas pagam sobre os salários) e criação da nova CPMF.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

"Se for preciso, vamos renegociar mais créditos. Não tem problema nenhum"

ENTREVISTA: Octavio de Lazari, presidente do Bradesco

Aline Bronzati André Ítalo Rocha O agravamento da pandemia de covid-19 no Brasil, com um ritmo de vacinação aquém do esperado, já colocou novamente na mesa dos grandes bancos a necessidade de uma nova rodada de renegociações de dívidas.

Bradesco, Itaú, Santander, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil têm conversado a respeito e estão dispostos a uma nova leva de prorrogações caso o País volte a ser obrigado a adotar medidas de isolamento social, afirma o presidente do Bradesco, Octavio de Lazari.

Essa disposição vem da primeira experiência com as carências e renegociações - em que boa parte dos clientes têm honrado os compromissos.

Além disso, segundo o executivo, os bancos mantêm conversa frequente com o Banco Central (BC) sobre eventual necessidade do retorno de linhas de crédito voltadas às pequenas e médias empresas.

Prestes a completar três anos à frente do banco, Lazari acaba de entregar lucro trimestral recorde na história do banco.

Para frente, vê como desafios a criação de novos ativos no conglomerado. Ele considera o Next pronto para abrir o capital em 2022. A bandeira de cartões Elo, da qual é sócio com o BB e a Caixa, seguirá esse caminho já neste semestre.

Leia, abaixo, os principais trechos da entrevista: | O sr. demonstra otimismo com a aprovação das reformas estruturais.

De onde vem o otimismo?

Não é otimismo, é pragmatismo.

As reformas estão na boca do povo e em discussão na Câmara e no Senado. O Arthur Lira (novo presidente da Câmara) e o Rodrigo Pacheco (novo presidente do Senado) têm de chegar mostrando trabalho - o que vão fazer. Não podemos ficar sem orçamento definitivo, sem teto de gastos, sem simplificação tributária. São pontos cruciais para que a economia

melhore. Além disso, as reformas vão andar porque elas serão importantes para o processo eleitoral de 2022.

| Se o governo tivesse de escolher uma reforma, em qual deveria focar?

Se for uma só, a simplificação tributária, porque tem impacto direto na criação de empregos e acesso a investimentos externos. A **reforma tributária** destrava um monte de problemas.

Não chamo nem de reforma porque não dá para fazer na extensão ideal. Não dá para dar um cavalo de pau nisso, a dívida fiscal é grande. A simplificação tributária ajudaria muito.

Depois, seria a reforma administrativa.

| O sr. acredita que existe espaço e capital político para a privatização da Eletrobrás?

Tem espaço e capital político.

A privatização da Eletrobras é absolutamente necessária, e o Wilson (Ferreira Júnior, ex-presidente da companhia, que renunciou) já deixou praticamente pronta. Houve a eleição na Câmara e no Senado. Tem quem goste e tem quem não goste (dos resultados), mas foi pelo voto democrático e temos de seguir com a agenda (de privatizações).

| Em 2020, os bancos se aproximaram do governo Bolsonaro em torno do crédito. Como ficou essa agenda?

A agenda com o Banco Central continua. Todo mês temos reuniões com o presidente do BC, Roberto Campos Neto, para falar sobre cenário econômico e medidas que podem ser feitas.

Pode ser que voltem algumas linhas, como a da pequena e microempresa e a FGI - para médias empresas. Se vierem, ótimo, vamos distribuir. Mas, se não vierem, os bancos estão bem capitalizados, têm liquidez e têm espaço para crescer com linhas próprias, com taxas mais atraentes e, principalmente, prazo (de liberação), que é o mais importante.

| Com as novas restrições em razão da pandemia,

como ficam as renegociações de dívidas?

As renegociações com as empresas tinham carência de seis meses a um ano, então para muitas a primeira parcela não começou a vencer. Não houve demanda em relação a isso.

Mas, se eventualmente houver uma necessidade, em razão do lockdown, mesmo que parcial, vamos fazer. Não tem problema nenhum. Quando as prorrogações começaram, ficamos muito preocupados, mas agora vemos com muita clareza: 92% das operações prorrogadas estão sendo pagas em dia, a inadimplência dessas operações só representa 0,6% da inadimplência do banco. Dos quase R\$ 80 bilhões que fizemos em prorrogações, R\$ 42 bilhões já entraram em condição normal, com empresas pagando sem atraso. Se houver extensão de lockdown, com agravamento da pandemia, vamos dar mais condições para as empresas pagarem e recuperarem faturamento em um momento de maior dificuldade.

I Como o sr. vê a alta da **inflação** e a influência dos preços sobre os juros?

Mesmo que haja aumento da taxa de juros, poderá ser de 2% para 3% ou 4%. Não vamos de 2% para 20%, como no passado.

Será muito mais palatável.

Não me parece que seja problema que possa travar o crescimento do crédito.

I Como está o andamento da revisão de negócios de pagamentos em sociedade com o BB?

As conversas estão hiperadiantadas.

Com relação à Elo, existe convicção de abrir o capital neste semestre. Das outras, todas estão sendo rentáveis. Não tem problema nenhum.

I E a Cielo?

A gente continua conversando para a melhor coisa para a Cielo, que conseguiu reagir. O último trimestre melhorou bem.

Adquirência é um negócio extremamente importante. Não dá para terceirizar esse negócio para nossas corporações dado o tamanho que a gente tem.

I Por que o sr. prevê o IPO do Next só daqui a dois anos?

Pode até acontecer antes. A gente tem de colocar no

Next a escala necessária para que ele possa ir para um IPO vitorioso.

Isso, em um mundo de banco digital, significa ter muitas contas. O primeiro ponto era fazer a separação total do Next, não ter nenhuma dependência financeira. Isso já foi feito.

O segundo ponto era que não tivesse nenhuma dependência sistêmica do banco - isso foi feito em novembro. Hoje, ele tem vida própria. E agora é crescer o número de clientes para poder abrir capital.

I Movimento de reformas

"A **reforma tributária** destrava um monte de problemas (da economia brasileira). Não chamo nem de reforma porque não dá para fazer na extensão ideal. Não dá para dar um cavalo de pau nisso, a dívida fiscal é grande. A simplificação tributária ajudaria muito. Depois, (a segunda prioridade) seria a reforma administrativa."

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Vacinação é o que vai determinar a retomada

- CLAUDIA SAFATLE

CLAUDIA SAFATLE

O mercado financeiro já absorveu a ideia de que o governo terá que voltar com o auxílio emergencial. Os analistas do mercado acreditam que o auxílio será concedido de forma mais restrita, em menor valor e por alguns meses. Pouca importância se atribuiu à lista de 35 prioridades enviada pelo Palácio do Planalto aos presidentes da Câmara e do Senado - até porque quem tem 35 prioridades não tem nenhuma.

O foco está mais no processo de vacinação. É a vacina que vai definir quando as mortes cairão de patamar e, portanto, o país poderá voltar à normalidade e a atividade econômica será retomada. Nesse cenário, o governo poderá retirar o auxílio emergencial, porque as pessoas vão encontrar emprego ou retomar suas atividades no mercado informal.

Se toda a população com mais de 60 anos estiver vacinada nos próximos três meses, idade em que se concentram cerca de 80% dos óbitos ocorridos (ver abaixo gráfico produzido pela equipe de economistas do Banco Safra), o país estará com parte importante do problema equacionada. E é isso que vai dar conforto para as empresas voltarem a produzir, contratar mão de obra; e os consumidores vão dar alento à demanda por bens e serviços. Para que isso ocorra, porém, é preciso que o governo se mobilize e dê celeridade à vacinação.

Da lista de 35 medidas que a Presidência da República considera prioritárias e que estão travadas seja na Câmara, seja no Senado, 26 são relacionadas à economia. O restante refere-se à pauta de costumes. O trabalho do governo junto ao novo comando das duas casas será o de destravá-las.

Na agenda da economia se encontram a autonomia do Banco Central, lei do gás, reformas tributária e administrativa, mineração em terras indígenas assim como a proposta de dar cumprimento ao teto remuneratório no setor público. Do rol constam ainda a privatização da Eletrobras, a criação das debêntures de infraestrutura, mudança no regime de partilha do petróleo e aprovação do marco legal do mercado de câmbio, dentre outras.

É uma verdadeira lista de supermercado, que inclui,

também, as três PEC enviadas pelo governo no fim de 2019: a Emergencial, do Pacto Federativo e dos Fundos. Segundo fontes da área econômica do governo, porém, nas negociações na Câmara e no Senado, os temas vão se afunilando e ficará para efetiva tramitação e votação o que for de interesse comum das duas casas e do Executivo.

As conversas em torno da pauta de votação devem começar na próxima semana, depois de escolhidos, referendados e empossados os demais componentes das mesas diretoras de ambas as casas.

É difícil alguém se opor ao retorno do auxílio emergencial, mas é forçoso reconhecer que a situação hoje é diferente da de abril do ano passado, quando ele foi criado. Naquela ocasião, não dava para estabelecer critérios rigorosos de acesso aos então R\$ 600. Sabe-se que houve pessoas da classe média que conseguiram obter essa ajuda.

Agora, o governo tem informações suficientes para fazer um desenho mais adequado desse instrumento crie emergência para atender aos que realmente precisam dele para não passar fome.

Não está claro se o governo vai propor uma ajuda estrutural que melhore a distribuição da renda ou se vai optar mesmo pelo auxílio emergencial e de curta duração (uns três a quatro meses).

É importante, porém, que o tema da desigualdade não seja esquecido quando a pandemia deixar de ocupar o primeiro lugar nas preocupações do país. Afinal, se havia alguns milhões de brasileiros desconhecidos das estatísticas oficiais, os invisíveis sociais, agora não há mais.

É uma pena que da extensa lista de medidas prioritárias do governo não conste nenhuma que faça uma boa faxina em algumas excrescências tributárias mediante, por exemplo, uma varredura nas deduções e isenções do Imposto de Renda das pessoas físicas.

A renda do capital é subtributada. E nesse aspecto também não há uma única iniciativa seja para inclusão dos dividendos na renda tributável ou para taxar os fundos fechados (onde os ricos aplicam seus recursos). Fontes oficiais garantem que esses são temas para a tão falada e sempre adiada **reforma**

tributária.

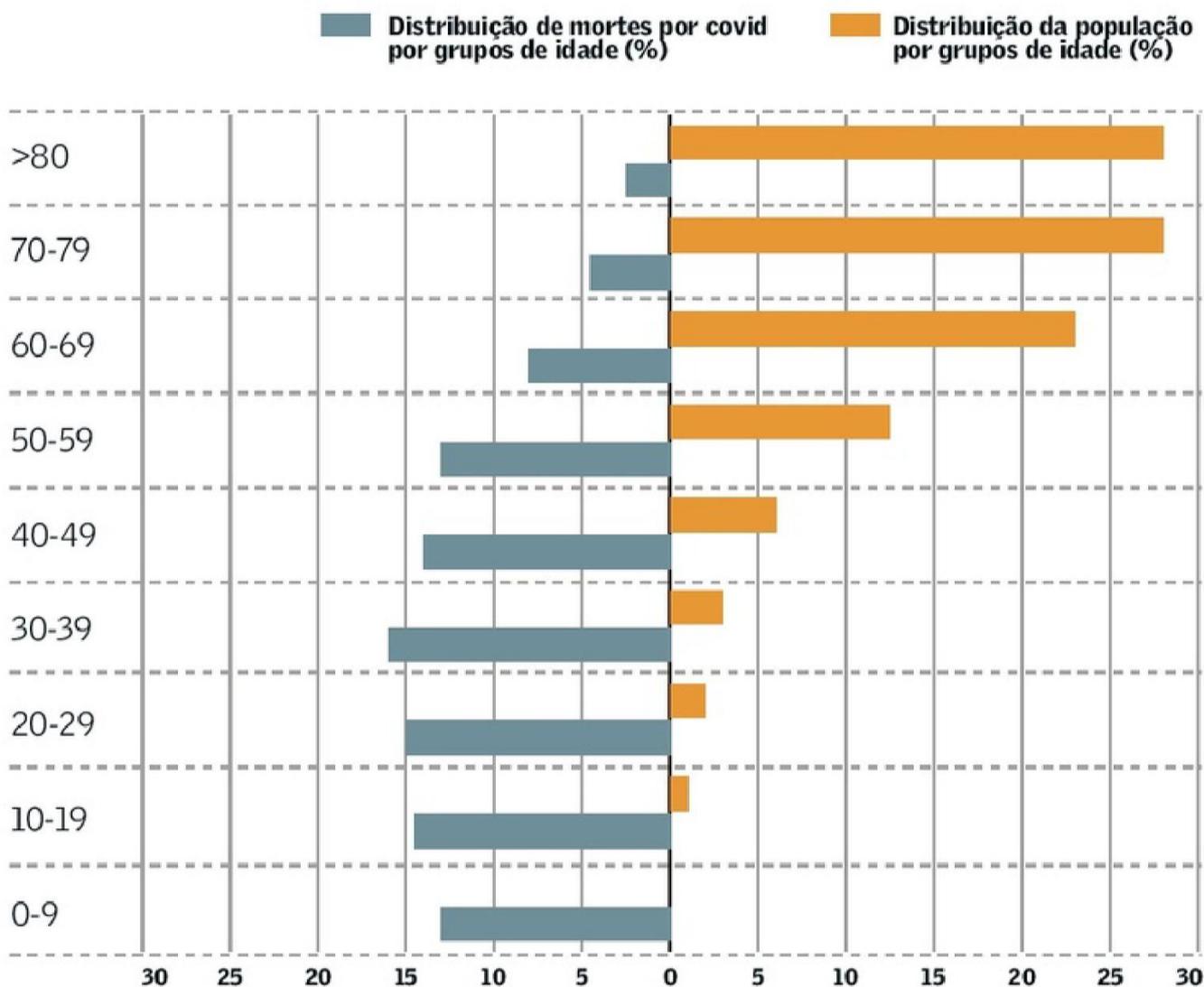
Quem tem 35 prioridades não tem nenhuma

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186667?page=1§ion=1

População x óbitos

Mortes por covid por faixa etária no Brasil, em %



Fonte: Ministério da Saúde e Banco Safra

Novo auxílio emergencial só viria com calamidade pública, diz Guedes

Uma eventual nova rodada do auxílio emergencial deve estar dentro do orçamento e ser acionada apenas em caso de nova calamidade pública, disse o ministro da Economia, Paulo Guedes. Ele reuniu-se ontem (4) à noite com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco.

Segundo o ministro, a extensão do auxílio seria mais focalizada e atenderia 32 milhões de brasileiros, pouco menos da metade dos 67,9 milhões de pessoas que receberam o benefício em 2020.

Para chegar à estimativa de 32 milhões de pessoas, Guedes explicou que uma nova versão do auxílio emergencial não abrangeria os inscritos no Bolsa Família e se concentraria apenas na população não atendida por nenhum programa social. O ministro ressaltou que a recriação do auxílio deverá ter previsões de recursos no orçamento, com o remanejamento de outras despesas e com a ativação do estado de calamidade.

É possível. Nós temos como orçamentar isso, desde que seja dentro de um novo marco fiscal. Se o Congresso aciona o estado de calamidade, temos condição de reagir rapidamente. Mas é muito importante que seja dentro de um quadro de recuperação das finanças. Estamos preparados para fazer as coisas dentro das proporções, declarou Guedes.

Ao lado de Guedes na saída da reunião, Pacheco disse que foi ao Ministério da Economia expressar formalmente à equipe econômica a preocupação dos parlamentares com o fim do auxílio emergencial. A pandemia continua, e agora eu vim ao ministro da Economia externar o que é uma preocupação do Congresso Nacional, disse.

Ao comentar que a retomada do auxílio emergencial é importante, Pacheco disse ter se antecipado à reunião do colégio de líderes, ao discutir a questão com Guedes. O senador, no entanto, ressaltou que a recriação do benefício deve ser discutida observando as regras fiscais. Obviamente com cautela, com prudência, com observância de critérios, para evitar que as coisas piores, afirmou.

Sobre o cronograma de votação das reformas econômicas, o presidente do Senado reiterou que

pretende concluir a **reforma tributária** em 2021, aproveitando as propostas em tramitação no Congresso, sem impor um novo texto. O Ministério da Economia poderá contribuir com sugestões na comissão especial.

Além da **reforma tributária**, Pacheco listou, como prioridades, as propostas de emenda à Constituição (PECs) do pacto federativo, emergencial e da desvinculação dos fundos públicos. A cláusula de calamidade, que permitiria a recriação do auxílio emergencial, seria incluída na primeira PEC, do pacto federativo, sendo acionada pelo Congresso e discutida no Conselho Fiscal da República que seria criado pela proposta.

Marcado para o fim da tarde dessa quinta-feira, o encontro entre Pacheco e Guedes ocorreu no fim da noite. Por causa da sessão no Senado, que se estendeu além do horário previsto, o encontro atrasou três horas.

Site: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-brasil/2021/02/05/novo-auxilio-emergencial-so-viria-com-calamidade-publica-diz-guedes.htm>

Para especialistas, prazo de 8 meses para reforma tributária é otimista

Os novos presidentes da Câmara e do Senado, Arthur Lira (PP-AL) e Rodrigo Pacheco (DEM-MG), pretendem aprovar a **reforma tributária** entre seis e oito meses. A promessa, no entanto, não convenceu boa parte do mercado, pois analistas consideram que esta é uma mudança complexa, que ainda carece de consensos. Por isso, acreditam que algumas propostas do ministro da Economia, Paulo Guedes, podem ficar fora desse acordo, como a volta da CPMF.

A decisão de priorizar a **reforma tributária** foi anunciada, ontem, pelos dirigentes das duas Casas do Congresso, após reunião com o presidente da comissão mista da **reforma tributária**, senador Roberto Rocha (PSDB-MA), e o relator da proposta, o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-AL). "A comissão mista concluirá seu trabalho até o final de fevereiro, com a apresentação do parecer. Na sequência, (a reforma) se iniciará por uma das casas legislativas", anunciou Pacheco. Ele concluiu que, dessa forma, é possível aprovar a reforma até outubro. "De seis a oito meses, nós poderemos ter concluído a **reforma tributária** no Congresso Nacional, tanto no âmbito do Senado, quanto no da Câmara", afirmou.

Pacheco explicou que isto "é o que o mercado e a sociedade esperam de nós". Muitos defensores da reforma, no entanto, classificaram o cronograma do Congresso como otimista. Afinal, este é um assunto de difícil consenso e que está há anos no Congresso.

Hoje, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da **reforma tributária** que tramita no Senado é diferente da que está na Câmara. E o governo enviou mais uma, que unifica os **impostos** federais que incidem sobre o consumo. Por isso, ainda não há convergência sobre o alcance, a alíquota e a gestão desse tributo.

Mais três propostas

Além disso, Paulo Guedes promete enviar mais três propostas para que o Congresso acople à reforma. Porém, não há data para a apresentação, nem consenso, pois as sugestões são polêmicas: a transformação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) em um tributo seletivo, como o "imposto do pecado" (que incidem, sobretudo, em artigos de tabaco e bebidas alcoólicas); a revisão da tabela do Imposto de Renda e a taxação de

dividendos; e a desoneração da folha, que o ministro quer custear por meio da recriação da CPMF.

"Ainda existem pontos de discordância e, agora, o Congresso precisa aprovar o Orçamento. Então, é um pouco otimista achar que o parecer será resolvido ainda em fevereiro e que a reforma será aprovada em oito meses", declarou a economista da Coface para a América Latina, Patrícia Krause. O economista-chefe da RPS Capital, Gabriel Leal de Barros, disse que o Congresso pode até entregar algo nesse período, mas não a reforma completa. "Uma **reforma tributária** que depende de uma PEC é difícil de ser concluída em oito meses. O que dá para fazer são reformas infraconstitucionais, via projeto de lei. Um IVA (Imposto sobre Valor Agregado) federal, por exemplo, pode ser feito por projeto de lei", afirmou. Ele não vê, no entanto, espaço para a volta da CPMF.

Fontes da equipe econômica admitem que o imposto sobre transações financeiras pode ficar para um segundo momento. O senador Roberto Rocha também indicou que "aquilo que é polêmico demais" pode ficar de fora do parecer da **reforma tributária**.

Por conta desse impasse, Arthur Lira fez questão de ressaltar que o acordo anunciado ontem não passou pelo conteúdo, apenas pelos procedimentos da reforma. Mas, nos bastidores, aliados de Lira falaram na troca do relator da reforma -- o função entregue a Aguinaldo Ribeiro. Aliado de Rodrigo Maia (DEM-RJ), negou-se a pautar a CPMF no ano passado e pediu consenso para a tramitação: "O tema é complexo e precisa da união de todos para que a gente consiga evoluir".

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/economia/2021/02/4904764-para-especialistas-prazo-de-8-meses-para-reforma-tributaria-e-otimista.html>

Auxílio acaba e poupança registra saque recorde

Fabrizio de Castro / BRASÍLIA

Após dez meses consecutivos de captações, a caderneta de poupança fechou o mês de janeiro de 2021 com saída recorde de recursos. Dados divulgados ontem pelo Banco Central mostram que saíram da poupança R\$ 18,154 bilhões a mais do que os depósitos feitos no mês passado. Esse é o maior volume de retiradas para um único mês na série histórica do BC, iniciada em janeiro de 1995.

O recorde anterior era de janeiro do ano passado, quando R\$ 12,356 bilhões haviam sido sacados.

O montante de R\$ 18,154 bilhões considera as retiradas ocorridas em janeiro, já descontados os depósitos feitos ao longo do mês. O resultado negativo coincide com o fim do pagamento, pelo governo, de auxílios emergenciais.

No ano passado, a poupança foi favorecida pelo pagamento dos auxílios, em meio aos esforços do governo para reduzir os efeitos da pandemia do novo coronavírus sobre uma parcela da população.

Além disso, a caderneta foi impulsionada em 2020 pela maior cautela das famílias brasileiras.

Preocupadas com a renda futura e com medo do desemprego, muitas delas reduziram gastos e passaram a aplicar recursos na poupança, o que elevou o saldo. Esse movimento foi o que o próprio BC chamou de "poupança precaucional".

Gastos. Janeiro também é, tradicionalmente, um mês de mais saques que depósitos na poupança, em função das despesas de início de ano. Entre elas, estão o IPTU, o IPVA, a matrícula de filhos em escolas particulares e os gastos com material escolar.

"Os saques maiores da poupança em janeiro têm muito a ver com o fim do auxílio emergencial.

Tinha gente que recebia os depósitos todo mês e deixava parte do dinheiro na caderneta", afirma o economista Alexandre Cabral, professor do Ibmecc- SP. Ele lembrou que a Caixa Econômica Federal abriu milhares de contas justamente para depositar benefícios a trabalhadores atingidos pelos efeitos da pandemia do novo coronavírus.

"Além disso, janeiro é um mês de pagamento de **impostos**, de despesas com escola.

Tudo isso eleva os saques", acrescentou.

Os pagamentos do auxílio emergencial à população de baixa renda, no valor de R\$ 600, começaram a ser feitos em 9 de abril do ano passado. Nos últimos meses do ano, o governo passou a depositar na conta dos beneficiários a extensão do auxílio emergencial, no valor de R\$ 300. Estes valores foram pagos apenas até o fim de dezembro.

Em janeiro, os brasileiros retiraram R\$ 263,062 bilhões da poupança e depositaram R\$ 244,909 bilhões. Considerando o rendimento de R\$ 1,652 bilhão no período, o saldo total da caderneta somou R\$ 1,019 trilhão no fim de janeiro.

A poupança é remunerada pela taxa referencial (TR), que está em zero, mais 70% da Selic (a taxa básica de juros), hoje em 2% ao ano. Assim, a remuneração atual da poupança é de 1,4% ao ano. O percentual não cobre necessariamente a **inflação**.

Essa regra de remuneração da poupança vale sempre que a Selic estiver abaixo dos 8,50% ao ano. Quando estiver acima disso, a poupança é atualizada pela TR mais uma taxa fixa de 0,5% ao mês (6,17% ao ano).

Entradas e saídas

R\$ 263 bi saíram da poupança em janeiro

R\$ 244,9 bi entraram na poupança no mês

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

O ano em que fomos mais solidários - BRASIL EM FOCO

MARCÍLIO DE MORAIS

A pandemia de COVID-19 derrubou indicadores econômicos que só reagiram a partir do fim do ano passado, mas 2020 foi o ano em que os brasileiros foram mais solidários uns com os outros. Em 2020, o montante de recursos doados por empresas e pessoas para projetos sociais, a conhecida filantropia, chegou a R\$ 6,6 bilhões nas contas da Associação Brasileira de Captadores de Recursos. É o maior volume de toda a história e equivalente a mais de duas vezes aos R\$ 3.25 bilhões investidos em 2018, dado do último censo. A pandemia acelerou a necessidade de a sociedade voltar-se para si mesma, o que levou a esse volume recorde de dinheiro doado para projetos sociais.

Mas, embora seja o maior da história, o valor destinado à filantropia no Brasil é de apenas 0,1% do Produto Interno Bruto (**PIB**), contra uma participação entre 2% e 3% nos Estados Unidos, onde a filantropia é efetivamente uma fonte de recursos para projetos sociais em saúde, educação, inserção produtiva e outras áreas. Na América, a prática de doar parte dos recursos acumulados para solução de problemas sociais vem de meados do século 19 e também se intensificou com a pandemia. Apenas o fundador do Twitter, Jack Dorsey, doou US\$ 1 bilhão. Correspondente a 28% de seu patrimônio pessoal, a quantia, ao câmbio de ontem, representa quase R\$ 5,5 bilhões.

O recorde de captação de recursos deve melhorar a posição do Brasil no World Giving Index, o ranking mundial da solidariedade, que na versão de 2018 estava em 1229 lugar. Mais do que uma posição em relação a outros países, instituições, associações, fundações e profissionais que atuam nesse mercado comemoram o aumento dos recursos e também o maior envolvimento de empresas e cidadãos no financiamento de projetos com impacto social. "A solução dos problemas complexos do Brasil não virá só pela filantropia, mas ela pode alavancar investimentos sociais privados, desde programas menores, com impacto local, até o reforço para políticas públicas", diz Carola Matarazzo, diretora-executiva do Movimento Bem Maior. O Bem Maior foi criado em 2019 pelos empresários Rubens Menin, Eugênio Mattar Elie Horn e Bia Vidigal, exatamente com o intuito de fortalecer o sistema de filantropia no

Brasil e dobrar, até 2030, o volume de investimento social privado no país. E apenas uma ação feita pelo movimento, o Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS) e a plataforma BSocial, que viabiliza doações para organizações da sociedade civil, conseguiu captar R\$ 40 milhões destinados a 41 hospitais filantrópicos de 17 estados. "Pela primeira vez, a gente teve o brasileiro ajudando o SUS", observa Carola. Detalhe: quando o Fundo Emergencial para a Saúde foi criado, a meta era arrecadar R\$ 5 milhões.

Num país cristão, a solidariedade sempre existiu, mas de uma forma emotiva. Com a filantropia, o país começa a enxergar a possibilidade de equacionamento de problemas sociais com a participação da sociedade civil, o que deve contribuir para mudar o comportamento paternalista dos brasileiros que enxergam no Estado o grande provedor. Não se trata de substituir o Estado, mas de ter consciência de que ele existe para dar suporte à vida em sociedade, que tem que buscar soluções quando os meios públicos são escassos ou ineficientes. Executado por ONGs, Oscips, fundações e outras instituições do terceiro setor, os investimentos sociais têm destinação checada e eficiência comprovada por metodologias internacionais. Oxalá nos mantenhamos sendo mais solidários como sociedade.

EMPRESAS

O aumento do volume de recursos por parte da filantropia no ano passado veio de um maior engajamento das empresas, que doaram cerca de R\$ 4,8 bilhões, ou mais de 80% do total. "As empresas viram na doação uma forma de agregar valor, seja por maior envolvimento dos colaboradores, seja pela melhoria da imagem junto aos consumidores", diz Paula Fabiani, presidente do IDIS. Ela acredita que esse movimento veio para ficar.

FORMAÇÃO

Universidade criada para capacitar líderes sociais para expansão e estruturação de ONGs, a Falcons University, da Gerando Falcões (CF), está expandindo seus cursos para todo o país e a primeira unidade fora de São Paulo será em Minas Gerais. As vagas para a nova unidade serão abertas a partir de segunda - feira,

e as inscrições podem ser feitas de forma gratuita no link [inmt gerandofalcoes.com/falcons-university](http://gerandofalcoes.com/falcons-university). As aulas começam em março.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/05/02/2021/p1>

A economia paulista no ano da pandemia (3)

A se confirmar a projeção feita pela Fundação Seade, o desempenho da economia paulista em 2020 não terá sido tão ruim quanto se temia. Num ano marcado por forte depressão da atividade econômica provocada pela pandemia (em abril, diminuiu 8,6% em relação a março), o **PIB** do Estado de São Paulo pode até ter crescido. O aumento pode ter sido de 0,3%, o que é pouco se comparado com o desempenho dos últimos anos, mas expressivo se comparado com o resultado esperado para a economia brasileira, que, segundo as projeções dominantes, deve ter encolhido 4,5%.

5,0%.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Para acompanhar com mais acuidade o desempenho da economia estadual depois da pandemia, de modo a orientar eventuais ações de contenção dos impactos da crise sanitária sobre as atividades das empresas e a situação das famílias, a Seade - instituição de coleta e análise de dados demográficos e econômicos vinculada ao governo do Estado de São Paulo - criou um indicador que antecipa o resultado do **PIB**. Por esse indicador, em dezembro o **PIB** paulista deve ter crescido 0,5% em relação a novembro.

O resultado repete o observado no mês anterior.

Na comparação com os resultados de um ano antes, o **PIB** paulista registrou quedas acentuadas em abril (-10,6%) e maio (-9,4%), os piores meses para a economia brasileira depois do início da pandemia. O resultado de junho, embora também negativo, foi menos intenso (-1,7%). Desde julho, o **PIB** vinha crescendo na comparação com os dados de 2019. No início da recuperação, o ritmo era relativamente baixo, mas se intensificou a partir de setembro. Em dezembro, de acordo com a estimativa da Seade, o aumento foi de 6,5%.

Esse ritmo, se confirmado o resultado de dezembro, terá sido suficiente para compensar as perdas impostas pela pandemia e garantir o aumento do **PIB** paulista no ano passado.

Com relação às projeções para 2021, a Seade destaca incertezas que podem turvar o cenário, como a disponibilidade de vacinas na quantidade suficiente para imunizar a população e o prazo para que isso seja alcançado, a persistência de altas taxas de desemprego e a aceleração da **inflação**.

Mesmo assim, com base nos dados estatísticos já disponíveis e nas projeções que podem ser feitas com base neles, a Seade estima que o **PIB** paulista pode crescer entre 3,8% e 6,0% em 2021, com a média em

Efeitos do fim do auxílio

LETYCIA CARDOSO, CAROLINA NALIN E GABRIEL SHINOHARA - RIO E BRASÍLIA

Redução da renda

O fim do pagamento do auxílio emergencial já afetou as vendas de supermercados e lojas de material de construção em janeiro e influenciou um saque recorde de recursos da caderneta de poupança. Iniciado em abril, o benefício destinado a trabalhadores informais e desempregados para aliviar os efeitos da pandemia na renda injetou mais de R\$ 290 bilhões na economia. Analistas preveem um primeiro trimestre de queda no varejo e freio na atividade econômica do país com o fim dos pagamentos.

No mês passado, os saques na caderneta de poupança superaram os depósitos em R\$ 18,2 bilhões. Janeiro costuma ser um mês de resgates na poupança, para pagar as despesas de início do ano como IPVA e IPTU. Mas este ano a perda foi recorde, a maior já registrada desde 1995, quando teve início a série histórica, como reflexo do fim do auxílio.

-Devemos ter um trimestre fraco, até mesmo com queda nas vendas. Além da falta do auxílio, temos um cenário de **inflação** alta, regressão na reabertura do comércio em algumas cidades e um alto número de desempregados - diz o economista-chefe da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Fábio Bentes Ele acrescenta que o cancelamento do carnaval deve agravar o cenário: -O carnaval do ano passado movimentou cerca de R\$ 8 bilhões. Este ano, teremos um pequeno movimento de turismo nacional, mas não teremos turistas estrangeiros vindo para cá, nem brasileiros indo para fora e gastando em agências de viagem. Vamos notar um menor consumo de bebidas e outros produtos vendidos nesta época, além de redução no comércio de fantasias.

IMPACTO NA INDÚSTRIA

Os supermercados tentam driblar o freio nas vendas em negociações com fornecedores. Mas também a indústria já sente o impacto. Ao divulgar seu balanço anual de 2020, a Unilever, multinacional de higiene, limpeza e alimentos, informou ontem que seu resultado foi afetado no quarto trimestre pela queda do auxílio. Com a redução à metade do benefício pago aos trabalhadores a partir de setembro, o volume de recursos injetados pelo programa na economia, que chegou a superar R\$ 45 bilhões mensais em julho e agosto, caiu para R\$ 17 bilhões em dezembro.

- Sem o auxílio, a melhor estratégia é ampliar o sortimento de produtos. Se o arroz está mais caro, temos que ter bom sortimento de macarrão, por exemplo - comenta Fábio Queiroz, presidente da Associação de Supermercados do Estado do Rio de Janeiro (Asserj).

A rede de supermercados Princesa prevê impacto ao longo deste mês. Na atacadista Assai, a expectativa é que as compras no atacado passem a ser mais buscadas por quem tenta economizar e, por isso, a marca mantém seu plano de expansão, que prevê inaugurar até 28 lojas no país.

Entre os distribuidores, há avaliação de que seus clientes, no caso as redes varejistas, estão mais apreensivos.

- Sentimos um pouco de impacto em janeiro, apesar de não ser tão claro em função das férias coletivas que a indústria costuma dar. Há uma preocupação das empresas em fazer caixa para um próximo momento emergencial que possamos vivenciar por conta da pandemia -resume Leonardo Miguel Severini, presidente da Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores (Abad).

No Mercado Municipal Cadeq, no Rio, as vendas em janeiro foram menores em relação ao mesmo período de 2020, antes da pandemia. Para frear as perdas, os lojistas vão investir em festivais temáticos e promoções de acordo com as datas comemorativas, afirma o diretor social do Cadeq, André Lobo.

No supermercado Super-Prix, após picos de vendas em itens como arroz, feijão, ovos e café no ano passado, a demanda agora está normalizada. Dessa forma, a rede instituiu um calendário de promoções por dia da semana para tentar manter o ritmo de vendas.

MENOS QUEIJOS E LEITE EM PÓ

A mudança nos produtos mais comprados nos mercados já é sentida na Bolsa de Gêneros Alimentícios, fornecedora do setor. Segundo o presidente da entidade, Mar-gon Vaz, desde outubro houve redução de 40% no comércio de leite em pó e queijos: - Com o fim do auxílio, o setor acredita que o consumidor dará preferência por comprar produtos mais essenciais, como arroz e feijão.

No setor de construção, o impacto já foi sentido desde

o fim do ano passado, com a redução do valor do auxílio. O segmento, que cresceu 11% em 2020, espera uma alta de 2% a 5% em 2021.

-Ninguém começa obra e reforma com incerteza e insegurança - comenta Waldir Abreu, superintendente da Anamaco, que reúne varejistas de material de construção.

Somente no estado de São Paulo, o auxílio emergencial foi responsável por 5% das vendas do varejo no último trimestre do ano, que totalizaram R\$ 7,5 bilhões, segundo a Fecomércio-SP. Guilherme Dietze, assessor econômico da entidade, diz que o benefício transformou uma queda esperada de 3% em alta de 2% no ano.

Ele avalia que a poupança feita pelos consumidores durante o período de isolamento é o que continuará a sustentar o comércio neste início de ano. Em sua opinião, o gasto das famílias de renda mais alta deve possibilitar a manutenção do consumo até maio ou junho, mas não impedirá prejuízos como o fechamento de lojas.

A perda recorde na caderneta de poupança em janeiro refletiu, além da renda menor de muitos brasileiros por causa do fim do auxílio, outro efeito colateral do término do benefício. Ao longo de 2020, a captação da poupança foi recorde, chegando a R\$ 166,3 milhões, influenciada pelo fato de que, em muitos casos, os pagamentos do auxílio foram feitos pela Caixa por meio de contas-poupança.

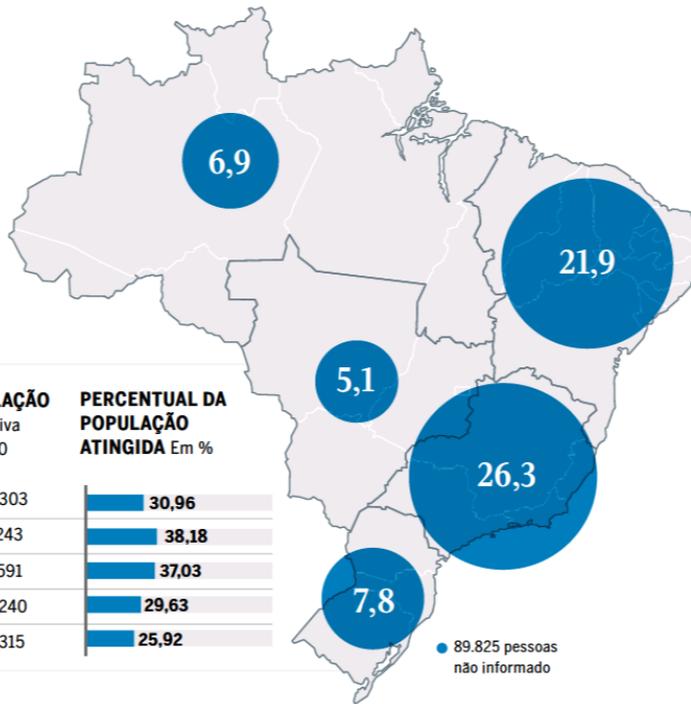
-Grande parte desse movimento é devido a janeiro ser um mês de gastos, IPVA e IPTU, e tem muita gente desempregada. Isso colaborou com essa saída líquida - afirma Sandra Blanco, estrategista-chefe da Órama.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

O IMPACTO DO BENEFÍCIO

POR REGIÃO ▶
EM MILHÕES DE PESSOAS

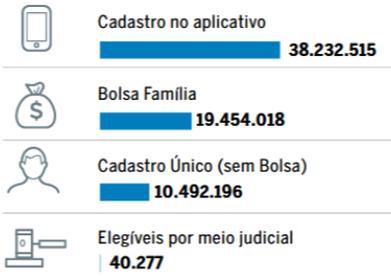
68.219.006
beneficiados



	POPULAÇÃO Estimativa em 2020	PERCENTUAL DA POPULAÇÃO ATINGIDA Em %
Centro-oeste	16.504.303	30,96
Nordeste	57.374.243	38,18
Norte	18.672.591	37,03
Sudeste	89.012.240	29,63
Sul	30.192.315	25,92

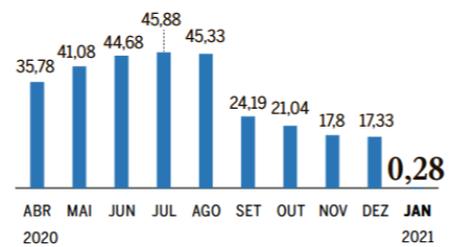
Fonte: Tesouro Nacional e Ministério da Cidadania

POR TIPO



VALOR PAGO NO MÊS

EM R\$ BILHÕES



Sem gasto com covid-19, investimento federal recua mais de 20% em 2020

Fabio Graner e Edna Simão De Brasília

Apesar de o investimento total do governo federal ter crescido no ano passado, superando a marca de R\$ 100 bilhões, o desempenho dessa rubrica foi bem menos brilhante do que parece. Sem os gastos ligados à covid-19 que somaram R\$ 62,5 bilhões (R\$ 59 bilhões só em aporte em fundos garantidores para ajudar no crédito, sem se traduzir diretamente em obras), essa conta na verdade teve queda de mais de 20% em 2020.

Uma análise detalhada e excluindo-se os investimentos ligados à pandemia, dois terços dos ministérios tiveram redução nessa rubrica, conforme dados do Tesouro Nacional solicitados pelo Valor.

No Ministério da Ciência e Tecnologia, a queda foi de 75,7%, a maior da Esplanada. O tombo fica ligeiramente menor quando se consideram recursos da covid, mas ainda assim o recuo muito forte para quem investiu mais de R\$ 1,5 bilhão em 2019. Até a conclusão desta edição a assessoria não deu explicações para o movimento.

A pasta da Defesa teve recuo de 50%. O ministério explicou que o movimento ocorreu por um efeito de base de comparação. Em 2019, houve a capitalização da Engeprom (R\$ 7,2 bilhões), a estatal do setor naval. Com isso, a Defesa perdeu o posto de maior investidor para o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), chefiado por Rogério Marinho.

Mas o MDR também teve recuo dessa rubrica, de 4,3%. Para compensar a tendência de queda, a pasta quer atrair a iniciativa privada e aposta em medidas como o marco do saneamento e reestruturação dos fundos de desenvolvimento regionais.

Educação também teve redução, de 19,9%. Com seu pequeno orçamento, Direitos Humanos ainda caiu 73,6%. No caso da Saúde, como houve investimentos fortes por causa da covid-19, houve alta no agregado. Mas ao se excluir o dinheiro extra da pandemia, haveria queda de 11%.

Entre as poucas altas, destaques são os ministérios do Turismo e da Justiça. O primeiro subiu 150% e o segundo dobrou seus investimentos. "[O ministério do Turismo] tem focado suas ações no andamento e na

finalização de obras, algumas iniciadas em governos anteriores. Para isso, foi feito um trabalho de articulação junto ao Congresso", respondeu a pasta.

A Justiça destacou que teve o maior orçamento da história e atuou considerando a prioridade dada para políticas de combate à criminalidade. "Foi repassado R\$ 1,2 bilhão, na modalidade fundo a fundo, aos Estados e Distrito Federal para compra de veículos, armamentos, viaturas e capacitações dos profissionais de segurança pública. Houve investimento robusto também no Programa Nacional de Segurança nas Fronteiras e Divisas (Vigia)", respondeu em nota, citando outros programas.

Para o diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Ipea, José Ronaldo Souza Júnior, com a situação fiscal do país - registrando déficit primário desde 2014 -, já era esperada uma redução geral dos investimentos. Ele avalia que o governo precisa ampliar o espaço para esse gasto via melhoria do ambiente macroeconômico, retomando a consolidação fiscal para reduzir gradualmente o patamar da relação dívida bruta/**PIB** e atrair o investimento privado. "Não temos no horizonte de curto e médio prazos como contar com o investimento público", frisou.

O economista-chefe da MB Associados, Sérgio Vale, disse que, com a atual dívida pública, não vê espaço para acelerar investimento público agora. "O governo deveria rapidamente acelerar os programas de concessões e negociar ativamente com o Congresso para as privatizações começarem a ser preparadas para pelo menos acontecer em 2023", destacou..

Segundo ele, o investimento será o foco das discussões sobre a sustentação da regra do teto, que ele defende manter no momento por causa do poderio do Centrão, mas que no futuro poderia ter uma regra mais flexível. "Há um fôlego ano que vem com o ajuste do Orçamento de 2022 sendo feito com um IPCA na casa dos 6%, mas as dificuldades de manter o investimento permanecerão", afirmou.

Vale aponta que a discussão sobre investimento será intensa devido à nova visão de política fiscal nos países desenvolvidos. "Nos EUA estará muito presente, mas o problema é que isso não vale para o Brasil. Aqui os juros no ano que vem deverão estar em

5%, sem falar no de longo prazo, que está acima de 8%. Será um embate muito grande."

Para o economista Felipe Salto, diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), a única forma de o governo recuperar sua capacidade de investir é avançar na agenda do ajuste fiscal. "Não há espaço neste momento e não vai haver tão cedo", frisou. Ele destacou que, enquanto não se mexer nos gastos obrigatórios, o cumprimento do teto de gasto será feito com redução da discricionária.

Salto destacou que a aprovação de reformas é importante, mas não tem um condão para mudar todo o panorama. Para ele, o aprimoramento das regras fiscais, como teto de gastos, "é um debate que não pode ser interditado", mas "no momento atual, não é oportuno".

O especialista em contas públicas Guilherme Tinoco lembra que a regra do teto tinha por objetivo promover uma queda nas despesas obrigatórias, mas teve pouco sucesso e por isso o investimento vem sendo constantemente pressionado.

"As perspectivas para os investimentos não são muito boas. Mesmo que o governo consiga abrir espaço em despesas obrigatórias, haverá disputa com programas sociais", disse, referindo-se às discussões sobre programas de renda, como Bolsa Família e auxílio emergencial. Ele tem defendido uma regra que flexibilize um pouco o teto para proteger os investimentos.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186667?page=1§ion=1

Impacto por ministério

Descontando gasto com covid-19, investimentos despencam de 2019 para 2020 (Em R\$ mi)

Dados atualizados pela inflação

	2020	2019	Variação, em %
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.225,9	1.029	19,23
Ministério da Ciência e Tecnologia	376,3	1.548,10	-75,70
Ministério da Economia	2.472,2	2.827,40	-12,56
Ministério da Educação	3.323,8	4.154	-19,9
Ministério da Justiça	2.308,7	1.157	99,54
Ministério de Minas e Energia	98,5	104,9	-6,09
Ministério das Relações Exteriores	38,7	67,3	-42,46
Ministério da Saúde	3.427,7	3.879	-11,64
Ministério da Transparência, Fiscalização e CGU	8,9	9,6	-7,04
Ministério da Infraestrutura	7.839,5	9.631	-18,60
Ministério do Meio Ambiente	141,5	101,4	39,55
Ministério da Defesa	8.596,9	17.202,80	-50,03
Ministério do Desenvolvimento Regional	10.482,6	10.961	-4,36
Ministério do Turismo	1.203,6	489,7	145,78
Ministério da Cidadania	881,2	1.118	-21,16
Ministério dos Direitos Humanos	34,8	131,6	-73,58

Fonte: Tesouro Nacional

Dólar tem firme alta em dia negativo para emergentes

Lucas Hirata, Victor Rezende e Felipe Saturnino

Em um dia que novos ruídos apareceram na seara política com o presidente Jair Bolsonaro prometendo novas medidas sobre combustíveis, o Ibovespa voltou a cair e interrompeu uma sequência de três pregões de alta. A cautela também prevaleceu nos mercados de câmbio e de juros, que viram firme alta do dólar e das taxas futuras, em um movimento que contou ainda com fortalecimento global da divisa americana.

O Ibovespa fechou em queda de 0,39%, aos 119.261 pontos, em um movimento atribuído a uma realização de lucros após superar 120 mil pontos durante manhã. O giro foi de R\$ 22 bilhões. Já o dólar comercial encerrou a sessão em alta firme, de 1,47%, aos R\$ 5,4491, deixando o real entre os piores desempenhos do dia entre as principais moedas globais.

Um dos motivos para a virada de humor na bolsa foi a busca por proteção por causa dos comentários do presidente Jair Bolsonaro de que anunciará hoje medidas sobre combustíveis. Em um primeiro momento, os papéis da Petrobras foram para as mínimas do dia em queda de mais de 1%. No entanto, aos poucos, ficou a leitura de parte do mercado de que não se tratava do risco de uma interferência na política de preços, mas a possibilidade de desoneração - de algo que afetaria a situação fiscal.

"A leitura inicial pode ter sido meio torta, de que ele poderia intervir em preços. Mas não parece que ele estava falando sobre preço da refinaria, mas em **impostos** que impactam preços. Afeta menos a Petrobras, por exemplo, mas aumenta a preocupação sobre o fiscal. Na situação que o país está, sem espaço para aumentar nenhum gasto e com grande resistência em aumentar **impostos**, falar em cortar **impostos** por conta de pressão de uma categoria é sempre complicado", aponta um gestor.

No fim do dia, as ações ordinárias e preferenciais da Petrobras fecharam em queda de 0,10%.

"O mercado ainda espera sinais mais claros de avanços nas reformas e mantém um pé atrás", diz Vladimir Vale, estrategista-chefe do Crédit Agricole Brasil, sobre a agenda do Congresso após as eleições para os comandos da Câmara dos Deputados e do Senado. "As brigas entre o líder do governo e a Anvisa

não agradam e a possibilidade de uma ingerência política na Petrobras também não ajuda nada", completa ele, referindo-se às falas do presidente e à declaração do deputado Ricardo Barros, que afirmou que tem a pretensão de "enquadrar" a agência sanitária.

Segundo Gustavo Cruz, estrategista da RB Investimentos, o chefe do Executivo seguiu a linha da ex-presidente Dilma Rousseff, reacendendo temores de intervenção nos preços. "O recado do mercado está dado: ninguém quer interferência, ninguém acha que houve avanços depois do que ocorreu no governo Dilma." Cruz também diz que houve um ajuste importante de grandes instituições financeiras ontem no mercado de câmbio, levantando a possibilidade de que o fator técnico pressionou o dólar.

Ontem, a alta do dólar e dos juros futuros ocorreu, principalmente, em reação ao chamado "reflation trade" com perspectivas melhores para a economia dos Estados Unidos e o subsequente aumento das expectativas de **inflação**, o que chancelou ampla apreciação da divisa americana contra as moedas emergentes.

No mercado de juros por aqui, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro para janeiro de 2027 subiu de 6,90% para 6,99%.

O movimento está muito ligado à perspectiva de mais estímulos fiscais que devem ser despejados na economia americana, com foco no pacote negociado pelo governo de Joe Biden com a oposição republicana.

Voltando ao noticiário local, as ações ON da Vale terminaram o pregão em queda de 1,26%, em uma realização de lucros, depois de firme alta no começo do dia com a notícia do acordo com o governo de Minas Gerais sobre a tragédia em Brumadinho.

Dentre os destaques positivos do pregão, as ações do Bradesco tiveram firme alta e lideraram os ganhos do Ibovespa: a ON subiu 3,07% e a PN ganhou 3,01%. A animação se apoiou em resultados melhores do que o esperado no quarto trimestre e um "guidance" otimista do banco para 2021

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Reforma e fiscal são essenciais para nota do Brasil, diz Fitch



Shelly Shetty: credibilidade fiscal e reformas para mudar perspectiva negativa

Álvaro Campos

A codiretora de ratings soberanos para Américas da Fitch, Shelly Shetty, afirmou que manter a credibilidade fiscal e avançar com as reformas estruturais é algo essencial para alterar a perspectiva negativa atribuída para o rating "BB-" do Brasil em maio do ano passado.

"Nossas projeções são de dramática redução do déficit orçamentário, para 7% do **PIB** este ano [de 14% em 2020], e elas incorporam a retirada integral dos estímulos fiscais e manutenção do teto de gastos", comentou Shetty, ontem em webinar realizada pela agência sobre as perspectivas para os países da América Latina este ano.

Segundo ela, se houver prorrogação do auxílio emergencial, o déficit orçamentário obviamente vai subir e seria preciso ver como o governo incorpora isso dentro do teto de gastos. Ou seja, se o teto seria flexibilizado, se haveria medidas compensatórias ou se a lei de calamidade seria estendida, permitindo o descumprimento total do teto este ano.

"Há várias opções para a flexibilização do teto. Dependendo das ações adotadas pelo governo, teríamos de avaliar", comentou a diretora da Fitch. Segundo ela, em um caso de descontrole fiscal, o BC poderia ser obrigado a subir mais os juros, a confiança do mercado seria afetada e isso tudo impactaria a recuperação da economia.

Sobre as novas lideranças no Congresso, com a eleição de Arthur Lira na Câmara e Rodrigo Pacheco no Senado, Shetty diz que é preciso ver como será a nova dinâmica entre o Executivo e o Legislativo. "Se essas novas lideranças tiverem espaço para avançar com as reformas, isso pode ajudar a estabilizar a perspectiva do rating, mas há muita incerteza", comentou, lembrando que a

dinâmica política é muito fluida no Brasil e que existem interesses particulares em jogo, o que pode atrasar o avanço desses projetos.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Líder do governo na Câmara ameaça "enquadrar" Anvisa e Bolsonaro reage

Felipe Frazão Vinícius Valfré Mateus Vargas / BRASÍLIA

O líder do governo na Câmara, deputado Ricardo Barros (Progressistas-PR), abriu uma crise política ao ameaçar "enquadrar" a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Barros afirmou ao Estadão que os diretores da agência estão "fora da casinha" e "nem aí" para a pandemia de covid-19. Mais tarde, o presidente Jair Bolsonaro desautorizou seu líder e saiu em defesa da agência.

Com capital político reforçado após a vitória nas eleições da Câmara e do Senado, o parlamentar do Centrão prometeu mobilizar a maioria governista para aprovar projetos que acelerem o registro de novas vacinas no País. "O que eu apresentar para enquadrar a Anvisa passa aqui (na Câmara) feito um rojão." Emparedado, o diretor-presidente da Anvisa, o médico e militar Antônio Barra Torres, cobrou retratação, o que não ocorreu, e sugeriu que o líder apresente uma denúncia formal sobre a demora.

Jair Bolsonaro entrou no circuito para amparar Barra Torres.

Ciente de que Barros não falava apenas por si, o presidente tentou amenizar as cobranças do Centrão sobre a agência - o grupo de parlamentares fisiológicos virou sua base no Congresso e cobiça cargos de primeiro escalão na Esplanada.

Em viagem a Santa Catarina, Bolsonaro disse que a "nossa Anvisa" possui um "histórico de trabalho muito bom". "Eu sempre disse: uma vez aprovada pela Anvisa, sem pressão de ninguém, a vacina será comprada.

Ninguém fala por mim diante de uma agência, seja qual for", discursou ontem.

O presidente ainda convidou Barra Torres para uma live nas redes sociais, procedimento cada vez mais comum quando quer prestigiar ministros "fritados" em público. Na transmissão ao vivo, desautorizou Barros.

"A agência não pode sofrer pressão de quem quer que seja.

Eu não interfiro em agência nenhuma", afirmou, em transmissão ao vivo pelas redes sociais.

"Ninguém vai me representar na Anvisa porque lá mexe com vidas. Não é coisa que deu errado e você conserta na frente." A queda de braço ocorre no momento em que o Palácio do Planalto e o Congresso desejam acelerar o aval a novas vacinas, com destaque para a Sputnik V, apelidada por governistas como "vacina do Bolsonaro".

Além disso, para não depender da Coronavac, imunizante associado ao governador paulista, João Doria (PSDB), o Ministério da Saúde avança na compra da Sputnik V e da Covaxin, que é desenvolvida na Índia. A Anvisa, porém, ainda aguarda mais dados sobre a segurança e a eficácia desses produtos.

União Química. O lobby da Sputnik é reforçado por caciques políticos de Brasília. O laboratório União Química, que fechou contrato com os russos para produzir o imunizante no País, costumava financiar campanhas eleitorais quando a doação por empresas era permitida.

O dono da empresa, Fernando de Castro Marques, foi candidato a senador pelo Solidariedade em 2018, mas não se elegeu.

O atual diretor de negócios internacionais do laboratório, Rogério Rosso, é uma antiga liderança do Centrão. Foi deputado federal pelo PSD e governador do Distrito Federal. Em 2016, chefiou a comissão que deu aval ao impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff e concorreu à presidência da Câmara como herdeiro da bancada de Eduardo Cunha (MDB-RJ), que seria cassado e preso.

Ao reagir às declarações de Ricardo Barros, o presidente da Anvisa disse que não pode acusar o líder de governo de agir sob interesses de laboratórios.

"Não tenho de tecer comentários sobre algo que eu não tenho comprovação." "Eles não entenderam ainda.

Estão fora da casinha, não sabem que estamos numa pandemia, que precisamos de coisas urgentes, que precisamos facilitar a vida das pessoas. Não é possível que tenha 11 vacinas aprovadas em agências no mundo inteiro e nós só temos duas, e eles não

estão nem aí com o problema", disse Barros.

Ex-ministro da Saúde no governo Michel **Temer** (2016-2018), Barros é um dos nomes lembrados para voltar ao cargo numa **reforma ministerial**.

Questionado, ele diz que "já fez sua parte" e "o problema não está na Saúde, está na Anvisa".

Mas o Progressistas cobiça retornar a algum ministério de primeira linha, caso da Saúde.

O líder do governo tem uma relação conflituosa com a agência desde que era ministro da Saúde. Em 2019, o Ministério Público Federal moveu ação contra Barros por causa de um contrato de cerca de R\$ 20 milhões fechado na gestão dele, mas cujos medicamentos não foram entregues porque a Anvisa barrou a importação.

Desafio. O presidente da Anvisa desafiou o líder do governo a explicar quem o apoiava e como iria enquadrar a agência. "Ele está no dever de formalizar uma denúncia no canal competente ou se retratar. Acho que para ele não tem mais outra saída: Ou ele denuncia ou se retrata." Para ele, a frase de Barros "destoa" e é um "desserviço aos esforços nacionais de combate à pandemia". "As pessoas estão com dificuldade de entender em quem confiar." Segundo Barra Torres, a declaração deixou técnicos do órgão "indignados".

"Dizer que os servidores da agência estão "nem aí" para a pandemia? Tivemos colegas nossos que morreram. São pessoas que estão trabalhando para salvar vidas." Nomeado no ano passado, após atuar interinamente no comando da agência, o contra-almirante da Marinha tem o perfil conservador que agrada a Bolsonaro.

Ele afirma que "nem passa pela cabeça" entregar o cargo e não espera pressão do presidente após a fala de Barros.

"Meu limite está muito longe ainda. Tenho 32 anos de treinamento militar."

Insumo para a Fiocruz

A primeira remessa do Ingrediente Farmacêutico Ativo (IFA) para a produção da vacina de Oxford no País, em parceria com a Fiocruz, deve chegar ao Rio na tarde deste sábado.

SP inicia vacinação de quem tem 90 anos ou mais

A Prefeitura de São Paulo antecipou o processo e inicia hoje a vacinação contra a covid-19 de quem tem 90 anos ou mais. A determinação do prefeito Bruno

Covas (PSDB) ocorreu porque todas as 468 unidades básicas de saúde (UBSs) já estão abastecidas com os imunizantes - anteriormente, a campanha para este público só começaria segunda.

Também terá início a vacinação domiciliar para o grupo, considerando quem tiver restrição de mobilidade. Para os demais, a orientação é que o idoso vá até a UBS mais próxima da residência e apresente o CPF, a carteira de vacinação e o Cartão SUS (se tiver).

A vacinação ocorre das 7 às 19 horas. Na segunda, haverá ainda cinco pontos com vacinação drive-thru na capital.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Como anda a reforma ministerial (Lauro Jardim)

Não está nos planos de Jair Bolsonaro tirar Eduardo Pazuello de onde está. A única mudança ministerial definida até agora, apesar do apetite do Centrão, é o deslocamento de Onyx Lorenzoni para a Secretaria-Geral. O Ministério da Cidadania, hioje ocupado por Onyx, vai para as mãos do Republicanos.

As negociações, no entanto, continuam. A recriação do Ministério da Indústria e Comércio, que seria desmembrado do Ministério da Economia, é debatida na área política do governo com o Centrão.

E Paulo Guedes no meio disso tudo? Ele não quer ceder nem um milímetro dessa costela do seu ministério. Tem garantido ter o apoio de Jair Bolsonaro para que a cirurgia para lhe extirpar esse pedaço apetitoso da Economia.

Site: <https://blogs.oglobo.globo.com/lauro-jardim/post/como-anda-reforma-ministerial.html>